



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



Igor de Souza Almeida

**Produção de saúde, espaços culturais e território: o museu contra-hegemônico da Maré**

Rio de Janeiro

2023

Igor de Souza Almeida

**Produção de saúde, espaços culturais e território: o museu contra-hegemônico da Maré**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone Santos Oliveira.

Rio de Janeiro

2023

Título do trabalho em inglês: Health production, cultural spaces and territory: the counter-hegemonic Museum of Maré.

O presente trabalho foi realizado com apoio de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Código de Financiamento 001.

A447p Almeida, Igor de Souza.  
Produção de saúde, espaços culturais e território: o museu contra-hegemônico da Maré / Igor de Souza Almeida. -- 2023.  
84 f. : il.color, fotos, mapas.

Orientadora: Simone Santos Oliveira.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2023.  
Bibliografia: f. 75-78.

1. Saúde. 2. Cultura. 3. Vitalismo. 4. Território. 5. Direitos Humanos. I. Título.

CDD 362.1042

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Cláudia Menezes Freitas - CRB-7-5348  
Biblioteca de Saúde Pública

Igor de Souza Almeida

**Produção de saúde, espaços culturais e território: o museu contra-hegemônico da Maré**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Aprovada em: 31 de agosto de 2023.

Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla da Costa Dias  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fátima Cristina Rangel Sant'Anna  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof. Dr. Gil Sevalho  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone Santos Oliveira (Orientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2023

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Marlene de Souza e a meu pai, Osvaldo de Almeida, pelo suporte, cada um à sua maneira, mesmo, às vezes, não compreendendo minhas escolhas.

Aos meus amigos, com os quais compartilhei minhas tristezas, angústias, revoltas, dúvidas e encontrei acolhimento quando possível.

À minha turma do Mestrado em Saúde Pública 2021.1 na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, principalmente à Sylvia, presença-alento na partilha da escrita.

À Simone por topar a orientação dessa pesquisa um tanto quanto estrangeira e me alentar em direção à abertura de novas perspectivas.

A toda equipe do Museu da Maré, por ter me recebido e acolhido de forma tão potente. Obrigado Adrielly, Cláudia, Cida, Flávio, Leonice, Luíz Antônio, Marilene, Matheus, Olle, Thamires, Vera.

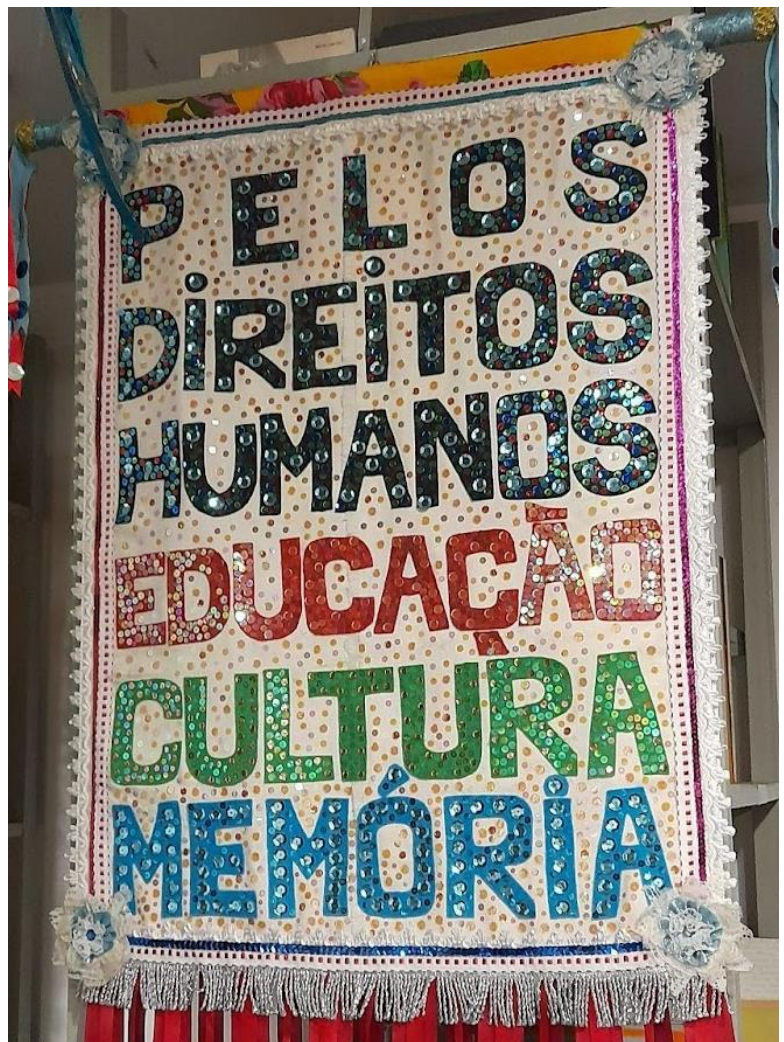
Às professoras e professores do Programa de Pós Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca e à banca avaliadora que dispôs seu tempo para a leitura da pesquisa. Em especial àqueles da área de Determinação dos Processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos/Saúde, Ambiente, Trabalho.

À Fundação Oswaldo Cruz e seus funcionários, do presidente ao faxineiro e zelador, sem esquecer também dos secretários que cuidam das intermináveis burocracias.

A todos e todas que, de alguma forma participaram desse processo e àqueles e àquelas que lutam e resistem pela democratização da cultura e da cidade.

Sem vocês não eu teria os fios necessários para costurar este trabalho.

Obrigado.



Pelos Direitos Humanos, Educação, Cultura, Memória.  
(Estandarte do Museu da Maré, 2023)

## RESUMO

Este estudo aborda a saúde, espaços culturais e suas relações com o território tendo como campo empírico o Museu da Maré, situado no complexo de favelas da Maré – bairro homônimo da cidade do Rio de Janeiro/RJ. Para realizar este trabalho, apresentamos uma discussão crítica acerca do tema da cultura e mais-valia cultural, da saúde, em seu conceito ampliado, do território – geográfico e existencial – e do direito à cidade. Foram utilizados autores como Felix Guattari e Suely Rolnik, Georges Canguilhem, Milton Santos e Boaventura Souza Santos. Também discutimos qual o papel dos museus e sua relação com o território introduzindo estudos do campo da Museologia Social como aliados na produção de saúde numa perspectiva contra-hegemônica. O objetivo principal consistiu em compreender como os espaços culturais produzem saúde e como as relações destes espaços com o território atravessam esse processo. Para isso, identificamos as ferramentas de produção de saúde presentes no museu; as relações de sentido e as práticas existentes que aproximam os campos da saúde e da cultura. No trabalho de campo, realizamos oito entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras, trabalhadores e visitantes do museu, além de roda de conversa acerca do tema saúde, cultura e território. Os resultados do trabalho de campo apontam como a plasticidade dos usos do espaço e práticas da museologia social são aliadas da produção de saúde, com a valorização e apropriação da memória do território habitado como ferramentas para alargamento de mundos e afirmação do direito à cidade.

Palavras-chave: saúde; vitalismo; território; museologia social; Maré; cultura.

## **ABSTRACT**

This study approaches the health, cultural spaces and their relations with territory. It has as an empiric field the Museu da Maré, situated in the favela 's complex of Maré – homonymous neighborhood of the city of Rio de Janeiro/RJ. To realize this research, we present a critical discussion about the theme of culture and cultural added value, health in its expanded concept, territory – geographic and existential – and the right to the city. Authors such as Felix Guattari and Suely Rolnik, Georges Canguilhem, Milton Santos and Boaventura Souza Santos were used. We also discussed the role of museums and their relationship with the territory, introducing studies in the field of Social Museology as allies in the production of health in a counterhegemonic perspective. The main objective was to understand how cultural spaces can produce health and how the relations between these spaces and the territory cross this process. For this, we identified the health production tools present in the museum; the relations of meaning and the practices that exists that approximate the areas of health and culture. In the fieldwork, we have done eight semi-structured interviews with workers and museum visitors, in addition to a conversation circle on the theme of health, culture and territory. The results of the fieldwork show how the plasticity of the uses of space and practices of social museology are allied to the production of health, with the valuation and appropriation of the memory of the inhabited territory as tools for expanding worlds and affirming the right to the city.

Keywords: health, vitalism; territory; social museology; Maré; culture.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa da Maré.....	37
Figura 2 -	Fachada do Museu da Maré.....	38
Figura 3 -	Linha do tempo da criação do Museu da Maré.....	45
Figura 4 -	Tempos da exposição A Maré em 12 Tempos I.....	46
Figura 5 -	Tempos da exposição A Maré em 12 Tempos II.....	46
Figura 6 -	Memória da Fábrica.....	48
Figura 7 -	A Casa de Palafita.....	48
Figura 8 -	Estandarte do bloco carnavalesco Mataram meu Gato.....	49
Figura 9 -	Buraco de bala no chão do pátio do Museu da Maré.....	50
Figura 10 -	Bar no Tempo do Cotidiano - Exposição Maré em 12 Tempos.....	51
Figura 11 -	Chá de Memória.....	56
Figura 12 -	Cartaz de divulgação da roda de conversa.....	67
Figura 13 -	Roda de conversa.....	68
Figura 14 -	Cartaz produzido durante a roda de conversa.....	69
Figura 15 -	Estandarte museu é para tod@s - Museu da Maré .....	74

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEASM	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CMI	Capitalismo Mundial Integrado
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FMUSP	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
ICOM	International Council of Museums
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
NUCC	Núcleo de Pesquisa Cognição e Coletivos
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNI	Pessoa não identificada
RAPS	Rede de Apoio Psicossocial
REMUS	Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CULTURA E SAÚDE: CONCEITOS POLIFÔNICOS.....</b>	<b>19</b>
2.1	OS SENTIDOS DE CULTURA E A MAIS-VALIA CULTURAL.....	19
2.2	A PRODUÇÃO DA SAÚDE E A ABORDAGEM VITALISTA.....	23
<b>3</b>	<b>CIDADE, DIREITOS HUMANOS E TERRITÓRIO COMO ESPAÇO VIVIDO.....</b>	<b>26</b>
<b>4</b>	<b>TERRITORIALIZANDO O ESPAÇO: MUSEOLOGIA SOCIAL E A CIDADE.....</b>	<b>31</b>
<b>5</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>36</b>
<b>6</b>	<b>MUSEU DA MARÉ E SUAS DIVERSAS CONEXÕES: UMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA.....</b>	<b>42</b>
6.1	A CHEGADA: PRIMEIRAS IMPRESSÕES.....	42
6.2	CONSTRUÇÃO E HISTÓRIA DO MUSEU DA MARÉ: MEMÓRIA QUE RESISTE NO TEMPO.....	43
6.3	A PANDEMIA DE SARS-COV-2: PLASTICIDADE DOS USOS DO MUSEU.....	52
6.4	(RE)CONHECENDO AS FERRAMENTAS: A PRODUÇÃO DE SAÚDE ENTRE O MUSEU, OS TRABALHADORES E A COMUNIDADE.....	53
6.5	MERGULHANDO NO TERRITÓRIO: A PRODUÇÃO DE RELAÇÕES DE SAÚDE NO MUSEU DA MARÉ.....	57
6.6	MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO: MAIS-VALIA CULTURAL E SAÚDE.....	61
6.7	TECENDO CONEXÕES ENTRE O CAMPO DA SAÚDE COLETIVA E O CAMPO CULTURAL.....	65
6.8	O FIO DA PALAVRA: COSTURANDO NARRATIVAS A PARTIR DA RODA DE CONVERSA SAÚDE, TERRITÓRIO E ESPAÇOS CULTURAIS.....	67
6.9	DIÁLOGOS POSSÍVEIS: OUTRAS EXPERIÊNCIAS EM MUSEOLOGIA SOCIAL.....	70
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA I - TRABALHADORES DO MUSEU DA MARÉ.....</b>	<b>79</b>

<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA II – VISITANTES/MORADORES DO ENTORNO DO MUSEU DA MARÉ.....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE D - TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL.....</b>	<b>84</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Como os espaços culturais podem contribuir para a produção de saúde? Como os espaços de cultura são atravessados pelos territórios e como os territórios são atravessados pelos espaços de cultura? Estabelecer conexões entre saúde, cultura e território pode-se configurar numa tarefa complexa que exige uma perspectiva crítica dessa temática. Nesse sentido, faz-se necessário convocar uma abordagem onde a saúde seja entendida de modo ampliado, adentrando seu campo epistemológico, estabelecendo diálogo com autores que discutem sua relação com o vitalismo e a produção de subjetividade, indo além do paradigma biomédico hegemônico, que trata a saúde como a ausência de doença ou pleno bem-estar. Junto a isso, problematizar também os conceitos de cultura, espaço e território antes de nos aprofundarmos na experiência do trabalho de campo realizado no Museu da Maré na cidade do Rio de Janeiro.

Porém, construir um diálogo entre esses campos e formular as perguntas que dirigiram esse trabalho somente puderam ganhar condições de serem enunciadas após um processo que tem duração e maturação na experiência com o mundo. Assim, as indagações que costuram nesse estudo e compõem a problemática por ele levantada emergem junto ao processo descrito nas próximas páginas.

Durante minha trajetória acadêmica, nas disciplinas da graduação em psicologia e nos cursos de extensão, a busca pela interseção da arte e os processos de produção de subjetividade orientaram o arranjo das minhas inquietações dentro do campo da psicologia. Encontrei, na iniciação científica e nas reuniões do grupo de pesquisa, território crítico e fértil para que essa semente pudesse brotar. Paulatinamente, as raízes foram crescendo e ganharam consistência através das pesquisas de campo e o processo contínuo de suas análises. Foi no momento em que comecei a habitar os espaços culturais não só como visitante, mas como pesquisador, que uma curiosidade intuitiva acerca dos processos que se desenrolavam ali foi crescendo e delineando este projeto de pesquisa.

A sensação que me vinha após cada encontro nos espaços culturais era bastante curiosa, de algo que acontece, se desloca, mas não se sabe o quê. As falas dos visitantes dos espaços, a troca, a potência das experiências e a produção dos relatos cartográficos realizados durante o projeto de pesquisa Encontros Multissensoriais<sup>1</sup>, o qual participei como aluno de iniciação científica, foram elementos vitais para a composição das ideias que se materializaram nesta

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa coordenado por Virgínia Kastrup, vinculado ao Núcleo de Pesquisa Cognição e Coletivos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ (NUCC) que visa a troca de experiências entre pessoas com e sem deficiência visual em espaços culturais e discutir acessibilidade.

pesquisa. Foi no processo de escrita reflexão que as pistas foram sendo encontradas nos sorrisos involuntários, nas conversas, na ampliação do mundo, na elaboração do que passou, nos afetos, na alegria sentida, na vontade crescente de experimentar. Na escrita, essas pistas ganharam forma e indicaram que algo acontecia nesses encontros. Seria possível estabelecer conexões entre esses processos?

Foi sobrepondo o campo da psicologia ao campo da saúde, áreas tão afinadas, mas que pouco dialogaram na minha experiência de graduação, que encontrei ferramentas para produzir tais conexões. Essa discussão se materializou no trabalho de conclusão do curso de especialização em Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), que deu forma à pergunta que aparece no início desta seção. Adentrar o campo da saúde coletiva na ENSP possibilitou tecer o arranjo que sustenta esse trabalho. O tema da acessibilidade em espaços culturais e promoção de saúde, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), inaugurou uma discussão acerca do assunto. Uma breve análise de algumas políticas públicas de saúde, cultura e inclusão e dos relatos obtidos através de um formulário disponibilizado pela internet composto por perguntas sobre a temática da acessibilidade em espaços culturais e a produção de saúde. A pesquisa sobre políticas públicas de saúde, inclusão e cultura, juntos aos breves relatos colhidos, criaram condições suficientes para uma análise que destaca suas conexões e suas ausências, bem como as possibilidades por elas asseguradas e demandadas pelos relatos dos participantes. Porém, considerando que estas políticas configuram ferramentas de construção de formas de pensar e intervir no mundo, analisar os lastros de tais documentos nos interpõe questionamentos e problematizações, não apenas ampliando o entendimento acerca da saúde e o seu processo de produção, mas também colocando em discussão a potencialidade dos espaços culturais como aliados da saúde coletiva.

Outra linha que compõe o arranjo deste trabalho foi minha experiência e prática profissional como mediador cultural num centro cultural da cidade do Rio de Janeiro. Habitar diariamente esse espaço, a partir da formação em psicologia – situada nas ciências humanas, todavia inteiramente atravessada pelo campo da saúde – engendrou interrogações que ganham um sentido específico quando cruzamos a saúde coletiva, a psicologia e espaços culturais.

Num primeiro momento, podemos caracterizar os espaços culturais enquanto dispositivos, que, segundo Foucault se constituem enquanto “conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.” (Foucault, 2000, p. 244). Concepção que posteriormente vai ser desenvolvida pelo filósofo

Gilles Deleuze (1990), trazendo à luz as dimensões das curvas de visibilidade e das curvas de enunciação, linhas de força e de subjetivação que vão compor um dispositivo. Considerando-os como máquinas de fazer ver e de fazer falar, Deleuze afirma que as linhas de força, enquanto linhas que perpassam todo o dispositivo, vão de um ponto singular a outro, configurando uma terceira dimensão do espaço: a dimensão do poder composta com o saber, linhas que não cessam de atravessar as palavras e as coisas. Por fim, as linhas de subjetivação são as linhas de fuga dos dispositivos, são produção de subjetividade, processos que escapam às forças e saberes constituídos.

Nesse sentido, podemos pensar e analisar os espaços culturais e suas especificidades enquanto dispositivos nos quais discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas ganham corpo, intervêm e produzem mundo, produzem subjetividades e narrativas. Com esse entendimento, a pergunta do início desse texto se desdobra em outras: quais discursos de saúde são promovidos nos espaços culturais? Quais produções de saúde podem ser vistas e ditas (curvas de visibilidade e curvas de enunciação) nesses espaços? Como essas produções são percebidas pelas instituições e pelas pessoas que ali circulam? Ou seja, como se dá a relação saúde-cultura-espaço-território?

Além da experiência acadêmica e profissional, nossas experiências no mundo nos compõem e também vão compor o quê e como produzimos o mundo em nosso entorno. Uma experiência não começa ao adentrarmos o pórtico de um museu, por exemplo, o percurso, a cidade, a escolha de estar naquele espaço também a compõe. Indagar e refletir o que acontece quando visitamos um espaço cultural e participamos ali de alguma intervenção também nos convoca a pensar os processos de produção de subjetividade e, conseqüentemente, de saúde, de vida.

A partir de uma perspectiva vitalista, a produção de saúde consiste na capacidade de criação de novas normas de vida, na relação do sujeito com o meio em que vive. É o que Canguilhem (2020) denomina normatividade vital. Ou seja, produzir saúde é agenciar-se com o meio que se vive e criar novos modos de ser e estar no mundo, de forma a ampliar as possibilidades de ação daquele corpo no território que habita.

Deste modo, nos perguntamos quais efeitos as experiências em espaços culturais provocam? Como um espaço cultural transforma o território em sua volta e é por ele transformado? Onde estes espaços se localizam na cidade? Como os discursos que por ali circulam e essas organizações arquitetônicas intervêm em nossos corpos? Como os espaços culturais interagem com o meio em seu entorno?

Não é possível precisar, subjetivamente, onde começam e onde terminam essas experiências com os espaços culturais, porém podemos localizá-las. Esses espaços encontram-se territorializados nas cidades e, portanto, devemos considerar as singularidades tanto da experiência urbana, quanto do território em questão.

Chueca (2019), discute o processo brasileiro de construção do direito à cidade e destaca os “condenados da cidade”. Segundo a autora, com a hiperurbanização emerge também novas formas de “fascismo do *apartheid* social” - a divisão da cidade em “zonas selvagens” e “zonas civilizadas”. A cidade, então, é separada por muros, simbólicos e materiais, que restringem o acesso da população entre aqueles que usufruem de níveis de hiperinclusão, que tem acessos a todos os espaços e direitos, aqueles que têm acesso a alguns direitos e aqueles que estão desprovidos do acesso a quaisquer direitos, a “sociedade civil incivil”. Estes últimos, segundo a autora, que toma como base a teoria de Frantz Fanon, estariam na “zona do não-ser”, por sua condição socioeconômica, ético-racial, de gênero e territorial.

Diante de poucos dados atuais acerca da distribuição dos espaços culturais na cidade do Rio de Janeiro, destacamos o artigo jornalístico de Garcia e Rabello (2020) que apontam que de 128 museus da cidade do Rio de Janeiro, apenas 40 não estão localizados na zona sul e central da cidade, as zonas mais privilegiadas da cidade. Ou seja, uma pequena parte da cidade que abriga 14,78% da população total, e representa 6,61% da área total do município, concentra 68,75% de suas instituições museais reconhecidas oficialmente.

A discussão acerca do direito à cidade permeia justamente a problemática dos territórios, suas singularidades e sua distribuição dos equipamentos de saúde, educação, lazer e cultura. Aqui, tratando do nosso objeto de estudo, nos perguntamos: quem tem acesso aos espaços culturais quando estes estão distribuídos de maneira desigual na cidade? Quais corpos têm acesso a essas experiências? Como um espaço cultural atravessa e é atravessado por um território periférico? Essas e outras questões que surgem ao longo da pesquisa colocam o território num ponto privilegiado da investigação.

Dessa forma, é preciso explicitar as duas definições de território que se complementam e que estamos falando. O território enquanto territorialidade – o espaço geográfico vivido, as relações ali produzidas, os valores atribuídos, os usos sociais dos lugares, a forma e o conteúdo – como teorizado por Milton Santos (2020). E o território enquanto território existencial, discutido por Guattari (2012), que se faz ao mesmo tempo terra natal, pertencimento do eu e transbordamento cósmico – agenciamentos de estratos espaciais subjetivos polifônicos engendrados por eles próprios, onde os objetos se colocam de maneira transversal, conferindo-lhes um devir (ancestral, animal, vegetal, cósmico). Para Guattari (2012) o território existencial



faz parte do conjunto das condições de emergência da subjetividade a partir de instâncias individuais e coletivas adjacentes ou delimitadas com uma outra alteridade, ela mesma subjetiva. A subjetividade, desse modo, é efeito de uma incessante produção coletiva, em alguns momentos, individuada. A produção coletiva da subjetividade refere-se a uma multiplicidade que vai além do indivíduo, junto ao *socius* e também aquém dele mesmo, através das intensidades pré-verbais, de uma lógica dos afetos.

Delimitar de quais territórios estamos falando é fundamental para pensar na articulação entre espaço e subjetividade. Torna-se um compromisso ético e estético trazer materialidade, as condições socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, territoriais, as vulnerabilidades e outras linhas que atravessam o campo – vetores que produzem a própria pesquisa e os efeitos de um trabalho que é comprometido com a produção da vida, do espaço e de todos que dela participam. Desta maneira, nos propusemos a pensar a relação que a própria presença ou ausência de espaços culturais num determinado território poderia ser um indicador de maior ou menor vulnerabilização.

Dito isso, a presente pesquisa se desenvolve num espaço cultural do bairro, ou complexo de favelas, da Maré - o Museu da Maré, situado entre a Avenida Brasil e a Linha Amarela, duas das principais vias da cidade, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro . O Museu da Maré foi inaugurado oficialmente em 2006, a partir da iniciativa de moradores e ativistas locais tendo como perspectiva de trabalho a museologia social (CHAGAS, 2012), movimento que defende o uso e apropriação dos museus e espaços culturais como ferramenta de uso comunitário e participativo, construindo junto à população local suas narrativas e seus usos.

O objetivo deste projeto consistiu em compreender como os espaços culturais produzem saúde e como as relações destes espaços com o território atravessam esse processo. Para atender ao objetivo geral, traçamos os seguintes objetivos específicos: apreender as relações entre os processos de produção de saúde, espaços culturais e território; conhecer as ferramentas que os espaços culturais dispõem que podem contribuir para a produção de saúde; identificar quais relações de sentido são produzidas nestes espaços e qual sua relação com o território e; apontar quais práticas existem (ou podem existir) que aproximem o campo da cultura e o campo da saúde coletiva a partir da perspectiva vitalista.

Para contemplar os objetivos e embasar teoricamente este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, discutimos a polifonia do conceito de cultura e do conceito de saúde e as implicações destes conceitos na pesquisa, a partir de autores como Félix Guattari, Michel Foucault e Georges Canguilhem. No segundo capítulo, construímos reflexões acerca do conceito do espaço e território, a partir de Milton Santos, em direção às singularidades dos

espaços culturais. Ampliamos a discussão e também damos o contorno do estudo no terceiro capítulo, discutindo a relação do direito à cidade, tendo em vista a heterogeneidade dos territórios urbanos e as relações comunitárias criadas nos e pelos espaços culturais, principalmente através da perspectiva da museologia social, e circunscrevemos o trabalho de campo o Museu da Maré - espaço cultural localizado no bairro da Maré na cidade do Rio de Janeiro.

Logo, considerando a complexidade do tema estudado e dos estudos apresentados, não temos a pretensão de esgotá-lo e, sim, abrir o campo para discussão a partir de um estudo para ampliação da área de contato entre esses temas evitando reduções ou simplificações.

#### Possíveis relações entre espaços culturais e saúde

No intuito de compreender as possíveis relações dos espaços culturais e saúde foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica no site Portal de Periódicos da CAPES e no Scielo, encontrando pouca produção de estudos científicos que abordassem essa relação. Nessa busca, acrescentou-se a palavra-chave “território”, seja como território existencial, ou geográfico, porém não foi encontrado nenhum resultado relevante para este estudo. Encontramos na pesquisa uma prevalência de estudos que relacionam a relação da arte e saúde, principalmente no enquadramento desta relação no campo da saúde mental. Os estudos apontam a importância de pensar essas relações de uma perspectiva intersetorial, a partir dos territórios junto ao contexto social, político e econômico atual onde as intervenções acontecem.

Wald (2015), discute, tanto teoricamente, numa revisão não sistemática da bibliografia, quanto a partir de um trabalho de campo, no artigo, “Arte y salud: algunas reflexiones para profundizar las potencialidades de análisis del campo” a interface entre os campos da saúde e da arte. A autora reconhece o desenvolvimento dessa interseção no ocidente nos anos de 1990, tanto na América Latina, quanto, principalmente, na Grã-Bretanha há a introdução do conceito ampliado e integral de saúde. Ela utiliza um quadro para situar quatro dimensões centrais de estudos que tratam da intersecção entre arte e saúde e que não seguem uma ordem específica, mas sim formam um espectro tetravalente entre comunidade, serviços de saúde, indivíduos e arte: o primeiro, modelo predominante antes dos anos de 1990, ela denomina como “comprometimento de grupos”<sup>2</sup> e gira em torno da criação artística para comunicar mensagens vinculadas ao campo da saúde; o segundo, podemos chamar de “apoio aos serviços de saúde” e dizem respeito à arte enquanto prescrição médica de cuidado com a saúde; o terceiro,

---

<sup>2</sup> A tradução para o português da denominação das quatro dimensões centrais dos estudos entre arte e saúde foi feita pelo autor.

“criatividade e bem estar” diz respeito a projetos que enfatizam a criatividade como caminho para o “bem estar” individual; e o quarto, “a coesão social é saúde” que são caracterizados como estudos que ressaltam as conexões entre a arte e as relações comunitárias como um determinante importante da saúde, tomando a criatividade como ferramenta de criação e melhoramento das relações comunitárias. Wald (2015) localiza seu estudo de campo nesta última dimensão. Destaca em seu estudo o papel da psicologia social e comunitária nestas intervenções, aponta o uso da concepção positiva e integral de saúde além das agendas transversais das políticas sociais ocidentais baseadas nas ideias de desenvolvimento humano e preocupadas com a coesão comunitária, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável como modo de superar barreiras e facilitar processos de saúde.

Estabelecendo as conexões entre arte e saúde, Wald (2015), aponta que, em linhas, gerais, os estudos que investigam intervenções comunitárias de arte e saúde afirmam que essas experiências são positivas para seus participantes e “Las mismas *pueden* promover sensaciones de bienestar, emociones positivas, auto confianza, auto valoración, capacidades para la socialización, relaciones grupales positivas, redes comunitarias, disfrute[...] comunicación comunitaria, reducción del estrés” (WALD, 2015, p. 1053). Ademais, nos resultados dos estudos trazidos no artigo, foram identificados efeitos individuais, coletivos no interior dos grupos e na relação com a sociedade, incluindo o incremento do sentido de direitos, rede e vínculos comunitários, bem como a apropriação do espaço criado com as intervenções. Outro aspecto sublinhado pela autora, é que as iniciativas comunitárias de arte podem produzir deslocamentos coletivos com relação à saúde em que intervenções biomédicas não produziram resultados efetivos.

Todavia, é necessário marcar que o presente projeto não visa discutir diretamente as relações entre arte e saúde e sim a relação que os espaços culturais constroem com o território e a produção de saúde. Nesse sentido, reconhecemos a transversalidade dos estudos em questão, mas assinalamos também como o tema arte vem sendo tratado dentro do campo da saúde, tomando como base as dimensões citadas por Wald (2015) onde a arte é tomada por um viés individualista e/ou capturadas por uma atitude epistemológica onde o objeto de arte ou a criação artística se sobrepõem ao coletivo, deixando de lado o dispositivo do espaço, bem como as singularidades dos territórios onde essa relação acontece.

De outro lado, encontramos também os estudos no campo da antropologia que cruzam saúde e cultura como o estudo de Langdon & Wiik (2010) onde a cultura é reduzida a uma categoria a ser instrumentalizada pela saúde de modo a favorecer o uso das técnicas biomédicas de gestão da saúde de determinados grupos populacionais.

Tanto os estudos encontrados na área da antropologia da saúde quanto na arte e saúde não tomam diretamente o espaço onde essas relações acontecem enquanto campo de estudo. Tendo como perspectiva a articulação entre espaço enquanto dispositivo dos processos de produção de saúde e subjetividade, interpõe-se como peça fundamental para pensar como os seus efeitos são apropriados ou não pelos atores que ali se encontram e como os espaços culturais intervêm nos territórios onde estão localizados.

Junto a isso, as políticas públicas de saúde e cultura posteriormente analisadas no supracitado trabalho de conclusão de curso de especialização apontam para a intersetorialidade como objetivo de fomentar a integralidade do campo da saúde, porém ainda se encontram poucas iniciativas que materializem essas políticas no mundo. Esta análise é corroborada pelo trabalho de Inforsato e colaboradores (2017) que aponta a necessidade de estudos críticos, a partir de perspectiva ético-política, que visem alterar o cenário da participação social de pessoas em situação de vulnerabilidade social e que fomentem políticas públicas que estabeleçam novos fundamentos sociais compostos por diferentes setores sociais.

Os autores ainda identificam que as experiências que acontecem na interface entre os campos da arte, saúde e cultura se potencializam mutuamente e contribuem para a produção de saúde, cidadania, participação social e fortalecimento cultural. Ademais, indicam a urgência da ampliação de estratégias interdisciplinares que produzam tecnologias socioculturais e desenvolvam práticas de intervenções sociais que correspondam às demandas deflagradas no campo da saúde na relação com os direitos sociais. Além disso, a criação de políticas públicas sinérgicas a ações intersetoriais que favoreçam o alargamento de espaços de convívio, o encontro com a diferença que sustentem a diversidade cultural para além do paradigma hegemônico.

## 2. CULTURA E SAÚDE: CONCEITOS POLIFÔNICOS

Por que polifonia? Bubnova (2011) traz a discussão de polifonia em Bakhtin para afirmar que todo diálogo é povoado de sentidos, sons e silêncios significativos, englobando a esfera ética, a estética e a pragmático-cognitiva da nossa existência, que são atravessados por infinitos vetores. Nesse sentido, polifonia é um diálogo aberto, construído com múltiplas vozes orquestradas, sem solução e sem pretensão de que uma das múltiplas vozes ocupe o lugar hegemônico no espaço de discussão. Tomamos a polifonia como ponto de partida para discutir tanto os conceitos de cultura, quanto de saúde, sem a intenção de limitar ou encerrar aqui a discussão acerca dessas ideias, mas de fazer reverberar algumas considerações críticas sobre esses campos.

### 2.1 OS SENTIDOS DE CULTURA E A MAIS-VALIA CULTURAL

Ao fazermos uma breve pesquisa acerca de cultura e saúde encontramos o olhar da antropologia da saúde enquanto articulação entre esses dois campos. Langdon & Wiik (2010) trazem a discussão do conceito de cultura aplicado às ciências da saúde onde é ressaltada a importância da introdução do debate sobre cultura para as ciências da saúde. Contudo, no decorrer do artigo, essa discussão restringe-se a uma perspectiva instrumental de cultura, advinda da antropologia, na qual o sentido de cultura está ligado àquilo que não é determinado pela biologia, tratando-se dos valores, símbolos, normas e práticas - elementos sobre os quais os atores sociais constroem significados para a ação e sustentam as formas sociais vigentes.

Junto a esta concepção de cultura, aponta-se também neste artigo, o modo pelo qual a saúde é entendida nesse contexto - como uma significação cultural que diz respeito às relações de adoecimento e às relações com os tratamentos advindos da racionalidade biomédica. Nessa perspectiva, a cultura é tratada como campo de inserção e compreensão por meio do profissional de saúde de modo a ser dominada, inteligibilizada<sup>3</sup> com o intuito de introduzir as técnicas biomédicas ocidentais com o aval da suposta neutralidade científica moderna.

Essa conjectura de cultura subjacente à tradição da antropologia estrutural encontra-se ligada à concepção de saúde enquanto doença e os modos de intervenção biomédicos localizados na sociedade ocidental. No entanto, outros modos de compreender o que é cultura

---

<sup>3</sup>neologismo advindo de *tornar inteligível*, considerando a inteligibilidade como uma categoria pertinente à racionalidade ocidental.

e outras práxis em saúde vão compor um arranjo polifônico, causando ruídos nesses modos mais tradicionais de compreensão desse tema.

Uma dessas problematizações é apresentada por Guattari & Rolnik (1986). Nessa discussão, os autores indicam a cultura como uma “palavra-cilada” para pensar a realidade dos processos de produção de subjetividade e a este conceito atribuem três sentidos. O sentido A, o uso mais antigo, é designado como “cultura-valor”, onde a cultura aparece na expressão “cultivar o espírito” e corresponde ao julgamento que determina quem tem ou não tem cultura, quem pertence aos meios cultos e quem pertence aos meios incultos. O sentido B surge com a antropologia e corresponde à “cultura-alma coletiva”, sinônimo de civilização. Nesse sentido, todos têm cultura e podem reivindicar sua identidade cultural. O núcleo semântico que os autores designam como C é justamente o da cultura de massa e o denominam “cultura-mercadoria”, em que não há julgamento de valor e nem territórios coletivos da cultura, mas sim bens, equipamentos culturais (espaços, casas de cultura), pessoas, referências teóricas, ideológicas, produções de objetos semióticos (livros, filmes) difundidos num mercado de circulação monetária e estatal.

Segundo eles, a cultura é inseparável do mundo social, do território e quando separada, a cultura passa a existir apenas a nível dos mercados de poder e dos mercados econômicos e não nos níveis de produção, criação e do consumo real. A expropriação da cultura do território e sua apropriação capitalística<sup>4</sup> funciona não apenas como valores de troca, mas também como um sistema de equivalência na esfera da cultura, um modo de produção de subjetividade que não se reduz à mais-valia econômica, mas inclui uma mais-valia de produção de subjetividade.

Guattari & Rolnik (1986), opõem a ideia de processos de singularização à ideia de cultura de massa capitalista, produção de subjetividade individuada. Esses processos consistem na construção de outros modos de sensibilidade, outros modos de relação com o outro e outros modos de criação que produzam uma subjetividade singular que coincida com o desejo, com o gosto de viver e com a instauração de dispositivos para mudar as formas de organização e produção da sociedade que temos.

Às voltas com os três sentidos de cultura, Guattari & Rolnik (1986), continuam a discussão atrelando a noção de cultura-valor à ascensão da elite burguesa e a sua afirmação enquanto legitimidade de classe, rompendo com aquela segregação social até então firmada

---

<sup>4</sup>Guattari utiliza a expressão *capitalística* para destacar a forma desigual com a qual os países periféricos são incorporados à dinâmica do sistema capitalista.

pela classe nobre. Além disso, a cultura-valor pode ser utilizada para designar outros níveis setoriais como a cultura clássica, a cultura científica e a cultura artística.

Com relação à cultura enquanto alma coletiva é destacado que no início do desenvolvimento da antropologia, no século XIX, esse conceito esteve atrelado a uma noção segregativa e racista, juntos às concepções de “alma primitiva” e “mentalidade primitiva”, que serviram para qualificar modos de subjetivação completamente heterogêneos aos da sociedade ocidental. Ainda com relação a este sentido, os autores chamam a atenção para uma tentativa posterior da antropologia de se desvincular do etnocentrismo com a corrente culturalista, de renúncia a uma referência geral de relação (a cultura branca, ocidental, masculina), mas que esta tentativa estabeleceu uma multiplicação de etnocentrismos, atribuindo uma cultura a cada alma coletiva. Deste modo, esta tentativa acabou por separar a esfera cultural de outras, tidas como heterogêneas pela antropologia. Cada alma coletiva, então, vai ser informada que produz mito, produz música, dança, rituais, enquanto esses povos, etnias e grupos sociais não vivem essas atividades de maneira segmentada e sim articuladas umas às outras e com a maneira de produzir bens e relações sociais. Ou seja, negam as diferentes categorizações da antropologia.

No que se refere ao núcleo semântico cultura-mercadoria os autores são categóricos. Cultura neste sentido não é teoria e nem leva em consideração os sistemas de valores ou níveis territoriais da cultura, aqui a palavra-cilada está ligada a produzir e difundir mercadorias. No sistema capitalístico, é importante destacar a desterritorialização da cultura que ocorre no processo de sua transformação em cultura-mercadoria com o apagamento do território onde essa cultura emerge.

Os três sentidos da palavra-cilada, embora apareçam sucessivamente na história, continuam a funcionar ao mesmo tempo e de modo complementar. Para Guattari & Rolnik (1986), apesar da produção da cultura de massa e da subjetividade capitalística produzirem uma cultura que se pretende universal, ela comporta a tolerância a territórios que escapam, relativamente, desta cultura hegemônica, são nesses lugares que podemos nos reconhecer, nos recuperar, numa orientação diferente à do Capitalismo Mundial Integrado (CMI)<sup>5</sup>.

A industrialização da produção cultural toma a cultura enquanto alma coletiva e enquanto mercadoria e atribui valor a ela. Esse processo, cujo três sentidos de cultura se misturam, à primeira vista podem parecer uma forma de democratização, porém seguem

---

<sup>5</sup> Guattari, 1986, refere-se ao capitalismo como CMI para destacar os modos heterogêneos com os quais esse regime se instaura no planeta, do mesmo modo como refere-se a capitalístico como o qualificativo de capitalismo, de modo a ressaltar as diferenças como esse modo de sociedade se instaura nos países do leste Europeus e Norte-Americanos e nos países da periferia do capitalismo.

também em direção à homogeneização e universalização pretendida pelo CMI. À pretensa democratização da cultura, subjaz os mesmos modos de segregação cultural e de classe operados pelos aparelhos estatais e culturais. Apesar de não qualificar socialmente os consumidores dos objetos culturais, estes aparelhos operam em sua difusão dentro de um campo social heterogêneo, com significações distintas em escala local, como para as elites sociais e os meios de massa e territórios.

Acompanhando o sentido mais comum de cultura, percebemos que cultura não é apenas a transmissão de informação, de modos de ser e estar no mundo, mas é uma maneira das elites capitalísticas exporem objetos-mercadorias como signos distintivos nas relações sociais e também possibilidades de manipulá-los e transformá-los. Em última análise, cultura é poder.

Nessa direção, o autor aponta o desenvolvimento de um vetor de culpabilização transversal a todos os níveis sociais e produtivos, já que a cultura dominante atravessa todos esses níveis, fazendo com que as próprias pessoas não possam pretender uma legitimidade em gerir os processos de produção cultural capturados pela cultura capitalística hegemônica. A ascensão socioeconômica e cultural de pessoas traz um caráter de estranhamento não só pela ruptura com relação aos fluxos sociais e econômicos dominantes, mas também coloca em jogo uma reterritorialização de pequenos gestos subjetivos - uma singularização - que agencia outras categorias sociais que não as dominantes. A cultura se configura enquanto uma problemática macropolítica e micropolítica relativa à vida e, com isso, atravessa os processos de produção de saúde coletiva.

Ao discutir os três núcleos semânticos da palavra-cilada cultura, a direção que apontamos é da produção de processos de singularização territorializados que são apropriados, recuperados e operados de diferentes modos pelo sistema capitalístico. Dentro desse ponto, a cultura dominante branca, masculina, ocidental, adulta pode aparecer enquanto valor e padrão de tradutibilidade de outras produções, assim como o capital serve como modo de equivalência para as produções econômicas e sociais. A mais-valia então se desdobra em mais-valia econômica, como capital e mais-valia de poder, e a cultura como produção de valores.

A partir dessa perspectiva, podemos ampliar o modo pelo qual a cultura pode ser entendida, não só de modo instrumental, como codificação simbólica relativas aos atos e às relações sociais. Apreendemos a cultura como uma relação complexa que envolve a produção de subjetividade, de valores e do próprio mundo, bem como a criação de técnicas num determinado espaço e tempo, onde há uma disputa entre os vetores de uma cultura dominante e outros modos possíveis de existência.



## 2.2 A PRODUÇÃO DA SAÚDE E A ABORDAGEM VITALISTA

Acompanhando a discussão acerca da multiplicidade dos sentidos de cultura, o entendimento do que é saúde também se apresenta enquanto polifônico. Num primeiro momento, podemos circunscrevê-lo como campo estrito de realização e produção da lógica biomédica, através da concepção negativa do processo de adoecimento e aos possíveis tratamentos e técnicas desta lógica. Porém, essa perspectiva se mostra insuficiente para compreender o que é a saúde num sentido largo, tendo em vista sua positividade e como seu processo de produção se dá num determinado território atravessado pela produção de valores e outros vetores. Desse modo, torna-se necessário complexificar o conceito de saúde e, nos apropriando da ideia de Guattari & Rolnik (1986), podemos pensá-la também como uma palavra-cilada.

Para ampliar a complexidade da saúde, Canguilhem (2020), traz uma discussão a partir do vitalismo, acerca do que é normal, do que é patológico e o que se pode entender por saúde. De modo muito sintético, neste primeiro momento, podemos entender saúde como guia reguladora das possibilidades de ação, como uma maneira de abordar a vida como criadora de valor, como instauradora de normas vitais. Porém, para entender melhor o que isso quer dizer, precisamos fazer um pequeno desvio para situar Canguilhem no campo teórico da saúde.

A análise da obra de Canguilhem elaborada por Portocarrero (2009) situa o vitalismo como principal característica epistemológica que atravessa todo o pensamento do autor. Canguilhem, médico e filósofo francês, nascido no início do século XX, foi influenciado pelos estudos dos fisiologistas dos séculos XIX e XX, cabendo destacar a ideia de morte que permeia a vida encontrada em Bichat. Essa ideia atravessa o pensamento vitalista de Canguilhem levando-o ao conceito de normatividade vital, central em sua obra para pensar saúde além do modelo biomédico.

Portocarrero (2009) explica que o vitalismo se constitui como uma concepção não mecanicista da vida, mas que não se confunde com o animismo. O paradigma mecanicista, desenvolvido por Descartes no século XVII, concebe o corpo enquanto máquina e não há distinção entre vivo e não vivo, apenas relações deterministas de causalidade previsíveis. O animismo vai compreender o corpo a partir da existência da alma humana, um princípio imaterial que age sobre o corpo material, que anima suas partes e se constitui como uma reação ao mecanicismo cartesiano. Já o vitalismo vai ser responsável por uma mudança no pensamento das ciências da vida no final do século XVIII, fundado na originalidade do fato vital, que recusa as teorias metafísicas – animismo e mecanicismo – sobre a vida, concebendo-a de maneira positiva, imanente aos corpos vivos.

O vitalismo, força vital, compõe uma nova configuração do saber que emerge de uma exigência das ciências da vida na busca por algo invisível e pela necessidade de separar os seres vivos das coisas. Ele estabelece a originalidade do objeto das ciências da vida, que é um conceito operatório que demanda experimentação, e outorga ao conceito de vida o caráter afirmativo e sua irreduzibilidade ao nível físico-químico.

A filosofia vitalista opera no nível concreto da vida, realizada a todo momento pelo ser vivente, onde sua materialidade conta menos que os fluxos que passam através dela. Por conseguinte, há um movimento de expansão, o corpo vivo instaura normas. Existe nos corpos uma margem de inventividade onde a vida desempenha o papel de bússola. Portocarrero (2009), ainda adiciona que a normatividade é a capacidade de normalidade, ou seja, de produção de normas, a possibilidade de variação.

O conceito de normatividade vital diz respeito à criação de normas efetuada por um organismo em direção à expansão da vida: “O organismo sadio procura, sobretudo, realizar sua natureza, mais do que se manter em seu estado e em seu meio atuais” e “o homem só se sente em boa saúde – que é precisamente, a saúde – quando se sente mais que o normal, isto é, não apenas adaptado ao meio e às suas exigências, mas, também, normativo, capaz de seguir novas normas” (CANGUILHEM, 2020, p. 141). Daí depreendemos que saúde, para o pensador, não é apenas a ausência de doença, ou um estado completo de bem-estar, mas sim a capacidade vital de criação de novos modos de estar no mundo e que essa capacidade inclui a possibilidade de cair doente e se recuperar. Além disso, mesmo a doença, nesta concepção, tem sua definição alargada sendo entendida como uma redução da margem de tolerância às infidelidades do meio.

Recuperando o vitalismo como um conceito operatório, Canguilhem (2005) considera a saúde como verdade do corpo em exercício, ou seja, fora do domínio dos especialistas: “Estamos longe da saúde medida por aparelhos. Chamaremos essa saúde: livre, não condicionada, não contabilizada” (CANGUILHEM, 2005, p. 44). Canguilhem divide o corpo num duplo processo corporal, o corpo produzido pelo meio e o corpo como dado. O corpo dado é o corpo vivo, sua verdade, sua segurança, a genética e os erros de codificação. Já o corpo produzido é aquele onde o modo de vida, escolhido ou imposto, contribui para dar forma e modificar sua morfologia e, por conseguinte, singularizar suas capacidades. Nesse segundo processo, o campo da saúde aparece no século XVIII através de uma exigência de contabilidade com o fim de exercer o controle administrativo da saúde dos indivíduos por meio dos discursos higienistas. Porém, ao se afastar dessa perspectiva do século XVIII, o autor afirma que esse processo é a garantia do vivido, sentimento de superar as capacidades iniciais.

A vida é debate ou explicação para Canguilhem (2020) e nesse sentido as categorias de saúde e doença são reconhecidas apenas no plano da experiência, no plano afetivo e não no plano da ciência. A ciência compõe este arranjo fazendo falar da experiência subjacente da polaridade dinâmica entre normal e patológico do ser vivo. A vitalidade orgânica figura como uma plasticidade técnica, ânsia de dominar o meio. A saúde compreende um sentimento de segurança na vida, de modo que Canguilhem (2020) apresenta a palavra latina *valere* que dá origem a palavra valor e também significa passar bem para argumentar que saúde não é apenas uma sensação de posse ou de portador, mas, de criação de valor.

Essa criação de valor, esse debate de normas, ocorre sempre situado. Situado no espaço em que nos encontramos, debatendo com o contexto, o território e suas possibilidades. Em suma, essa criação se dá no entre, entre a plasticidade, a vitalidade orgânica e o meio, o território. Portanto, é necessário caminhar por isso que chamamos de território, caminhar literalmente, mas também metaforicamente e delimitar aqui o que entendemos como espaço e traçar algumas possíveis conexões entre território, espaço e cidade.

### 3. CIDADE, DIREITOS HUMANOS E TERRITÓRIO COMO ESPAÇO VIVIDO

Ao apreender a vida enquanto valor, pensamos também a saúde de modo amplo, levando em conta as trocas sociais e o acesso e circulação pelo mundo da cultura – seguindo este fio, a saúde e sua relação com a vida se faz no processo de criação de si e do mundo. Lima (2009) convoca o pensamento de Guattari que aponta a subjetividade contemporânea como fundamentalmente desterritorializada, entre a petrificação e os efeitos neurolépticos infantilizantes e alienantes do espetáculo na sociedade capitalista.

As cidades aparecem enquanto “imensas máquinas [...] produtoras de subjetividade individual e coletiva” (GUATTARI, 2012, p. 152), de modo que engendram a existência humana sob todos os aspectos com seus equipamentos materiais e imateriais. Lima (2009) prossegue questionando o direito de usufruir da cidade e seus lugares de criação de outros modos de viver e se relacionar que vão para além dos modos hegemônicos estabelecidos. A autora apresenta então os centros culturais como espaços de possíveis práticas que se conectam com seu entorno, abrindo espaço para o encontro, a criação e a instauração de resistência contra o isolamento e desenraizamento característicos do mundo contemporâneo.

O espaço urbano contemporâneo configura-se enquanto espaço caótico de encontros onde não há intervalo para a decodificação das experiências e fabricação de novas vitalidades. Inforsato e colaboradores (2017) apresentam o projeto Cultura Itinerante como um exemplo de experiência da Rede de Apoio Psicossocial - RAPS em parceria com duas Unidades Básicas de Saúde - UBS, um Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, da região de Butantã, São Paulo, junto com diversos laboratórios de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP, que promove o agenciamento territorial, traçando redes de pertencimento e trocas entre os participantes e a cidade.

Contudo, os autores do artigo apontam que existem diversas barreiras no acesso e exercício no campo cultural de pessoas em situação de vulnerabilidade e que a chegada e sustentação dessas pessoas aos equipamentos culturais não costumam se dar de forma espontânea e imediata, mas sim mediadas por impedimentos físicos, sociais, econômicos, simbólicos. Além disso, é destacado o uso instrumental da arte e da cultura que comumente ocorre nas ações destinadas a essas populações. Esse cenário torna-se pertinente da perspectiva de ações éticas comprometidas com a vida enquanto valor e com os direitos humanos.

A partir disso, Inforsato e colaboradores (2017) utilizam o conceito de vulnerabilidade como ferramenta para pensar como as relações entre a cidade, os espaços culturais e a cultura

atravessam as pessoas que circulam ou não nesses lugares. Podemos definir vulnerabilidade, sinteticamente, como:

o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (Figueiredo & Noronha, 2008, p. 131).

A vulnerabilidade social pode estar muitas vezes vinculada à ideia de precariedade, que pode ser usada como seu indicador. Porém, para Figueiredo & Noronha (2008), apenas a precariedade no acesso a bens, serviços e direitos não é suficiente para compreender a vulnerabilidade social, sendo necessário uma abordagem conectada com uma perspectiva crítica dos direitos humanos.

Santos & Martins (2019), problematizam os direitos humanos argumentando que eles são uma construção nortecêntrica e se configuram, atualmente, como um campo de disputa de linguagem e sentido. Ao localizar esses direitos na sociedade ocidental, moderna, individualista, neoliberal, colonial e nortecêntrica, os autores apontam que a sua própria episteme gera um impasse na transformação social, pois esses direitos seriam incapazes de enfrentar as sistemáticas injustiças e opressões causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

Os direitos humanos tradicionais têm ambição universal. Essa pretensa ambição, segundo Santos & Martins (2019), nega quaisquer concessões contra hegemônicas e tem em sua origem um viés imperialista que garante apenas o mínimo de direitos pensados para confluir de acordo com a ordem global assentada numa determinada política de natureza humana individual e distinta de uma natureza não-humana.

Contudo, os pensadores portugueses colocam um paradoxo com relação à apropriação desses direitos e sua plasticidade que se torna interessante para pensar os direitos humanos como ferramenta crítica. Apropriar-se dos direitos humanos e sua plasticidade pode implicar, mesmo que dando continuidade a uma concepção de mundo reduzida à compreensão ocidental, a superação da razão moderna que toma a parte pelo todo e a universaliza. Essa possibilidade é defendida através da articulação das narrativas contra hegemônicas filiadas às epistemologias do Sul.

As epistemologias do sul fazem parte do que Santos (2013) chama de ecologia dos saberes - conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade de práticas contra hegemônicas e que pretendem contribuir para se fortalecerem. Nesse sentido, de acordo com o pensamento do autor, as epistemologias do sul operam do outro lado da linha abissal e se caracterizam como um conjunto de processos investidos na produção e validação dos

conhecimentos junto à vida e à luta daqueles que têm resistido às opressões sistemáticas do capitalismo, do patriarcado e do colonialismo. Elas implicam em fazer falar, fazer ver e escutar a distribuição desigual de vulnerabilidades através do globo, tornando visível quais corpos e sofrimentos que são passíveis de luto, enquanto outros são privados desse processo.

Santos & Martins (2019), ainda assinalam que o que melhor define os territórios que estão na periferia do capitalismo, os territórios coloniais, é terem sido silenciados. Na perspectiva dos direitos humanos convencionais, a população que habita esses territórios é tomada enquanto objeto e não sujeito dos direitos humanos, subalternizada à uma dinâmica dicotômica de regulação e “emancipação”, tornando-os menos humanos que aqueles sujeitos de seus direitos. Nessa concepção, essas populações continuam silenciadas e não sendo ouvidas.

A realidade daqueles colocados pela lógica moderna ocidental capitalista colonial e patriarcal enquanto objetos, segundo os autores, é marcada pela dicotomia, da apropriação e violência, marcada no mundo moderno por uma distinção invisível entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais respectivamente. Santos & Martins (2019), nomeiam essa distinção de linha abissal. Uma divisão abissal é aquela que apaga tudo que está do outro lado da linha, como a zona abissal do oceano, onde se imagina ser habitada por animais monstruosos e seres desconhecidos. A linha abissal invisibiliza, torna opaco, tenta apagar tudo que não é ocidental e não opera apenas nas fronteiras geopolíticas, mas também, de forma sutil, em realidades contínuas, numa mesma rua, num mesmo bairro. O apagamento colocado pela linha abissal leva à inexistência, à irrelevância e à incompreensão.

Para Boaventura, “chegou ao fim o tempo de uma divisão clara entre o velho e o Novo Mundo, entre o metropolitano e o colonial. A linha tem de ser desenhada a uma distância tão curta quanto o necessário para garantir a segurança.” (SANTOS, 2013, p. 37). Contemporaneamente, a perda da clara divisão da linha abissal que separa Norte e Sul global provoca uma tensão entre os movimentos de regulação/emancipação e apropriação/violência, sendo que último pressiona cada vez mais o primeiro. Nessa cartografia confusa desses dois movimentos, como denomina o autor, os Direitos Humanos são violados para poderem ser defendidos, a democracia é destruída para que sua salvaguarda seja garantida, a vida é eliminada supostamente em nome de sua preservação. E se as linhas abissais se fazem presentes e concretas nas fronteiras entre países, existem também dentro da própria cidade, dividindo-a em zonas civilizadas e cercadas, próprias à lógica condominial e zonas selvagem, campos de morte, de destruição brutal, produzidos para que sejam lidos como lugares sem vida.

Isso surge de relações de poder extremamente desiguais dentro da metrópole contemporânea, em cidades como o Rio de Janeiro. Santos, (2013) aponta que essa

desigualdade dá o poder de veto sobre a vida ou o modo de vida pela parte mais forte sobre a parte mais fraca e isso se constitui uma forma de fascismo social. Uma dessas formas se configura como um *apartheid social* - a segregação social de pessoas excluídas nos espaços urbanos numa dinâmica entre as zonas civilizadas, que surgem como novos castelos feudais, cercados e fortemente protegidos, como os condomínios fechados, em larga expansão nas grandes cidades, e zonas selvagens, territórios onde existem uma guerra civil interna, muitas vezes com uso da força do Estado como forma de suposta defesa e proteção. O autor ainda salienta, que essa divisão atravessa toda sociabilidade no espaço urbano, como um novo espaço-tempo imbricado nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Paralelamente, Milton Santos (2020), apresenta uma mudança na relação mundo advinda do processo de globalização – ou de integração do capitalismo pelo globo terrestre – constituída pela passagem da relação local-local, territorializada, para a passagem local-global, desterritorializada. O geógrafo toma essa mudança, ressaltada também por outros autores já discutidos aqui, para ressaltar o papel da vizinhança na produção de consciência, a criação de laços culturais e de identidade. Para o autor, a cidade transforma tudo, inclusive a matéria inerte em cultura. A cultura de massa, que tende a uniformização e diferenciação e a cultura popular, fundada no território, no entorno de onde se vive.

Santos (2020) fala em uma cidade “luminosa”, um sistema de gestos sem surpresa e numa cidade “opaca”, onde vivem os pobres, onde, apesar da busca de caminhos, existe um aprisionamento num presente subalternizado, num cotidiano vivido como preconceito. Podemos aproximar esse pensamento à ideia da divisão abissal discutida por Santos & Martins (2019). Contudo ao tratar diretamente do espaço, Santos (2020), faz pensar que o entorno vivido é lugar de troca, matriz de um processo intelectual onde o fundamento permanente deste trabalho subjetivo é pensar o entorno vital. E, mesmo no mundo contemporâneo, onde o movimento se sobrepõe ao repouso, onde a desterritorialização leva ao estranhamento, à desculturalização, num processo de alienação, a relação com o espaço constitui um processo de integração e de entendimento, de recuperação e criação de si.

Seguindo o pensamento de Milton Santos, Enne & Dutra (2016) destacam que o território do espaço vivido, é também significado e atravessado por relações sociais que são projetadas nesse mesmo espaço que, por conseguinte, caracterizam os espaços como espaços de disputa permeados por relações desiguais de força e poder. Nesse sentido, lógicas institucionais inscrevem também uma lógica do espaço. Relações de disputa convocam dimensões de memória, identidade, formas de ocupar, significar e se apropriar do espaço.

Nenhuma relação com o espaço é dada, mas sim construída e disputada num processo de mais-valia cultural. Desse modo, pesquisar como um espaço cultural intervém num determinado território da cidade, atravessado por suas singularidades, e como esses espaços são experimentados por diferentes corpos se tornam questões fundamentais para a perspectiva discutida aqui. Sobretudo quando estamos imersos num território da cidade produzido por diversos artifícios estatais e não estatais como uma zona vulnerabilizada e entramos num espaço cultural, onde, no pensamento hegemônico pertence aos espaços civilizados da cidade.



#### 4. TERRITORIALIZANDO O ESPAÇO: MUSEOLOGIA SOCIAL E A CIDADE

Quais efeitos o espaço de museu pode provocar numa zona opaca da cidade? Para delimitar melhor a discussão e materializar um campo de pesquisa, precisamos localizar o espaço cultural que fará parte desta pesquisa. Contudo, as próprias definições de espaços culturais e museus se constituem enquanto uma problemática. Há uma grande dificuldade em definir espaços culturais, também uma multiplicidade de espaços denominados como museus e de perspectivas museológicas.

Uma definição de espaço cultural encontrada foi proposta por Sarraf (2013), em sua tese de doutorado, na qual os espaços culturais delimitaram seu objeto de pesquisa. A autora defende o uso da nomenclatura de maneira a abranger “museus, centros culturais, monumentos, sítios históricos, instituições de preservação e difusão da cultura abertas ao público” (Sarraf, 2013, p. 8). Esses espaços são espaços presenciais e de presença, que possuem um contexto – um edifício, uma história, uma coleção, uma filosofia. Assim, podemos dizer que os espaços culturais criam ambientes, ou territórios. Eles são espaços usados, vividos, que propiciam encontros e podem produzir pertencimento, ou seja, fazer com que os seus visitantes se sintam parte de um território, se reconheçam em algum aspecto com relação ao que ali existe e afirmem a si mesmos enquanto agentes de construção de si e da própria da cultura.

A autora defende o uso do termo “espaços culturais” como forma de abarcar toda e qualquer instituição, seja ela um museu, uma biblioteca, um espaço multiuso, um ponto de cultura, desde que tenha tal instituição o objetivo de “proporcionar pertencimento cultural e promover acesso à cultura” (Sarraf, 2013, p11).

Da mesma forma, Coelho (1997) pontua o uso corriqueiro do termo “espaço cultural”, que mesmo com algumas determinações, tem notação abstrata da criação artificial de um edifício, ou aproveitamento de um existente, para a prática da cultura. Nesse sentido, o autor coloca que os espaços culturais, num primeiro momento, são desterritorializados, por passar a exercer práticas ou atividades que não estão historicamente ou socialmente ligadas àquele espaço, que antes não eram exercidas ali e aponta que esse é um fator de possível desuso desses espaços. O autor ainda sublinha a diferença entre espaço e centro cultural, este último apontado por alguns autores como instrumentos de difusão de modalidades consagradas de cultura, quase sempre defendidas pelas classes ou segmentos dominantes.

Espaço cultural, segundo Coelho (1997), firma-se como expressão genérica que denomina qualquer espaço que se destina à promoção de cultura e, por isso, contrapõe-se à

noção de território e territorialidade da cultura na medida em que se compõe como abstração. Enquanto ideia, o espaço é amplo, o território é menor. O autor dialoga com as noções hegemônicas da museologia, onde a instituição Museu firma-se como um espaço descolado do território onde está situado e tem como objetivo a preservação de uma memória e uma narrativa que se pretende universal.

Coelho (1997) discorre sobre a construção e mudança da palavra museu no decorrer da história ocidental, da Grécia antiga até a definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e apresenta também questões críticas acerca desta instituição. A origem, do grego *mouseion*, templo das musas, dá nome a uma instituição filosófica, de contemplação. No Egito, no século III a.C., o museu era tido como uma instituição de discussão e educação. Já em Roma, os museus seguem a filiação grega e se constituem como locais restritos de discussão filosófica. No renascimento os museus passam a designar tanto as coleções quanto os prédios que as abrigam e é no século XVII que a palavra museu começa a ser popularizada com gabinetes de curiosidades, paralelamente a isso, museu enquanto local público surge somente após a Revolução Francesa, no século XVIII. Nota-se que a construção dessa instituição aparece na Europa até então como um edifício depositário com objetivo de conservação. Pouco se pensava no público. Apenas nas décadas de 70 e 80 do século XX que o público começou a ser considerado após a percepção das demandas econômicas advindas do “atendimento ao público e à comunidade” dos “serviços educacionais” (Coelho, 1997).

Também é na década de 1970 que o ICOM vai definir museus como:

um estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente (ICOM, *apud* Coelho, 1997, p. 268).

Isto posto, podemos afirmar que espaço cultural é uma nomenclatura contemporânea de maior abrangência que o termo museu. Esse segundo termo tem uma complexidade social e histórica dotadas de uma intencionalidade. Mignolo (1992) nos chama atenção ao fato dos museus terem sido criados como instrumentos coloniais - instrumentos de acumulação capitalista e de colonização dos povos não ocidentais.

Tradicionalmente, o museu surge enquanto espaço de estudo ligado à universidade, como uma biblioteca, e à invenção da sociedade ocidental. Mignolo (1992) apresenta o contexto do Renascimento enquanto projeto colonizatório, onde os museus começam a englobar a função de preservar e apresentar artefatos culturais escolhidos para representar a cultura hegemônica ocidental com o objetivo de converter e civilizar as nações não-ocidentais e documentar e

consolidar a história européia. Numa outra direção, surgem também os museus denominados como etnográficos, que coletam objetos dos povos não-ocidentais e, a partir dessa função, cria referências ocidentais acerca dos povos colonizados e estabelece uma fronteira entre o que deve ser preservado, o lado de dentro, e o irrelevante, o esquecido, do lado de fora. O museu enquanto instituição colonial vai fazer dizer e fazer ver o que vai ser apropriado, num processo de desnaturalização da cultura, para representar o povo colonizado e o que vai ser esquecido, apagado. Tendo como pano de fundo a discussão acerca da colonialidade do poder, do conhecimento e do ser, o autor, a partir do contexto histórico e social, propõe a Opção Descolonial apontando para o futuro dos museus, em direção à democracia comunitária. A Opção Descolonial se configura enquanto exposição da estruturação histórica das relações coloniais, das presenças e ausências, da sutileza do poder colonial e das suas suposições racistas e sexistas.

O museu se configura, então, como um campo de disputa social e historicamente dominado pela lógica eurocêntrica colonial, patriarcal e capitalista. Nesse cenário, o museu atua de maneira ativa no exercício do poder, constituindo um espaço onde, historicamente, uma cultura é desterritorializada e reterritorializada, onde práticas culturais são legitimadas e processos de produção de subjetividade podem ser reconhecidos.

Nesse sentido, o próprio modo de pensar e de organizar um museu vai fazer parte do processo de determinação de sua função num determinado território. Tolentino (2016) discute o processo de formação da museologia moderna construída historicamente como paradigma atrelado à ideia de Estado-nação e preservação do patrimônio representativo da herança cultural na Europa do século XVII. Tal ideia situaria os museus como uma instituição de preservação, construção e fortalecimento da ideia de nação e de identidade nacional. Nessa linha de organização, advinda do pensamento colonial europeu, os museus estavam alinhados à ideologia dos aparelhos estatais e classes dominantes, bem como à cultura hegemônica.

Contudo, a partir de 1970, o ICOM começa a identificar a função social dos museus (Moutinho, 1993). Influenciado pela escola de sociologia de Chicago e pelas ideias revolucionárias da década de 1960, o campo da museologia é atravessado pelas ideias da sociologia o que resulta, mais tarde, em dois novos paradigmas: a sociomuseologia e a museologia social. Segundo Tolentino (2016), a sociomuseologia configura um campo disciplinar, que abarca também as questões da museologia social, considerando sobre a atuação dos museus de forma geral. Já a museologia social, de origem fundamentalmente latino-americana, constitui-se enquanto campo interdisciplinar que desloca o foco de seu objeto para as pessoas enquanto produtoras de suas referências culturais, de forma integral e engajada com

as questões sociais, políticas, econômicas e ambientais. Ou seja, a museologia social passa a reconhecer e denominar essa relação do museu e o mundo como função social do museu.

Essa nova perspectiva museológica se firma fundamentalmente na América do Sul e caracteriza-se pelo processo de indagação às questões relevantes às comunidades. A museologia social, então, vai se perguntar quais possíveis soluções os museus (e suas novas denominações) podem criar em conjunto a essas populações que, hegemonicamente, estão colocadas à margem. Os museus, então, vão se tornar laboratórios de experimentações, num processo de envolvimento e transformação social (Leite, 2015).

No Brasil, segundo Leite, 2015, esse processo se cruza com a função educativa dos museus, que levou esses espaços a criarem processos inovadores de capacitação e formação comunitária.

Uchoa e Pasqualucci (2023) vão aproximar a prática sociomuseológica da interculturalidade crítica - uma práxis decolonial que visa não só a superação do modelo capitalista colonial, mas também uma posição insurgente de construção de outras epistemologias a partir de outros conhecimentos. Nesse sentido, a interculturalidade crítica busca transgredir o conhecimento ocidental hegemônico que se pretende universal. Dessa forma, as autoras, estabelecem conexão entre a sociomuseologia e a interculturalidade crítica e vinculam essas ideias à educação freiriana, onde a luta por espaços democráticos afirmam a existência daqueles que sofreram o processo de subalternização imposto pelo capitalismo colonial e patriarcal. Assim, a transformação do espaço do museu proposta pela museologia social articula-se diretamente com práticas decoloniais e de educação emancipatória formais e não-formais.

Junto ao panorama inaugurado pela discussão da museologia social, surgem as nomenclaturas ecomuseus e museus comunitários para denominar essas instituições em que a lógica está comprometida com o patrimônio, o protagonismo comunitário e o território onde se localizam. É nessa discussão que o Museu da Maré se constitui. Araújo (2017) cita a fala de Boaventura Sousa Santos, em visita ao museu, onde o pesquisador refere-se ao espaço como *museu contra-hegemônico*. Essa fala, bem como a origem do próprio museu, fruto de ações do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM, indicam pistas de como o território em questão – o complexo de favelas da Maré – atravessam o espaço do Museu, permeando sua função social.

É no campo da museologia social que o Museu da Maré encontra inspiração e ancoragem para pensar e desenvolver suas práticas. Chagas (2012) ressalta a complexidade do panorama museal contemporâneo chamando atenção para as transformações ocorridas nestes

espaços nos últimos quarenta anos, principalmente com a diversificação e democratização da tecnologia museu. Segundo o autor, “os museus são lugares de memória e de esquecimento, assim como são lugares de poder, de combate, de conflito, de litígio, de silêncio e de resistência” (Chagas, 2012, p. 12). Para o autor, a ampliação do espaço museal por outros grupos, antes excluídos destes espaços, implicou numa antropofagia museal, na experimentação de novos modelos museológicos e museográficos, onde diferentes grupos sociais podem constituir e institucionalizar suas memórias.

Desafiando a lógica dos museus tradicionais, de valorização das narrativas monumentais e manutenção dos interesses econômicos, o Museu da Maré tem como diretriz a valorização da memória local e das narrativas dos moradores que habitam e habitaram aquele território. “Trata-se [...] de um museu que sendo da comunidade rompe com a lógica do gueto, de um museu com excepcional valor simbólico, notável capacidade de comunicação e que, por tudo isso, torna-se a expressão viva de uma utopia museal de cidade” (Chagas & Abreu, 2007, p. 135).

Vieira, 2006, destaca a inovação proposta pelo Museu da Maré ao tornar-se referência da memória coletiva local, originando-se de um processo de autoconstrução que reforça o sentimento de pertencimento e da experiência singular de um território marcado por silêncios e fronteiras invisíveis. E, ainda, aposta na ativação do desejo de transformação da realidade, convidando os visitantes a participar da construção dessa história e dessas memórias, convocando-os a “permanecer como agentes nesse processo, que é o processo de construção da própria vida.” (Vieira, 2006, p. 8). Como exposto acima, expandimos o debate às concepções e movimentos contra-hegemônicos dentro da museologia, efetuando, deste modo, um contraponto à concepção de museu como um espaço descolado do território onde este se localiza.

## 5. PERCURSO METODOLÓGICO

Pesquisar é encontrar com aquilo que nos desperta, nos coloca em movimento e aqui escrevo como isso foi ocorrendo, os percalços, as adversidades e também as surpresas, os pequenos encontros e deslocamentos que atravessaram o *como fazer* da pesquisa. Inicialmente pensada de forma extensa, a metodologia reconfigurou-se após o contato com o campo de modo a melhor se apropriar das intensidades ali encontradas. Mudanças foram necessárias como não utilizar o questionário previsto inicialmente e outras, como o levantamento documental, foram utilizadas de modo complementar às entrevistas. Mas como chegamos até o Museu da Maré? O percurso dá-se um tanto pelo acaso e pela intuição de um campo que correspondesse ao referencial da pesquisa. Aqui a palavra-chave foi território. O Museu da Maré não é só um museu em um determinado território, é um museu do território. A chegada ao Museu da Maré ocorre por meio de um dos trabalhadores do museu e aproxima a discussão teórica dos sentidos encontrados no mundo.

Propomos as técnicas utilizadas no trabalho de campo e na análise baseadas no referencial teórico, remetendo à discussão de produção de saúde na perspectiva da normatividade vital (Canguilhem, 2020) e na mais-valia cultural (Guattari & Rolnik, 1986), tendo como vetor transversal as epistemologias do sul (Santos, 2013; Santos & Martins, 2019), de modo a ressaltar as narrativas enquanto política de pesquisa e construção de um saber engajado com aqueles que o produzem. Nessa perspectiva, o pesquisador desloca-se de seu lugar hegemônico para o lugar de aprendiz e construtor do conhecimento junto àqueles que participam da pesquisa – tanto o pesquisador quanto os participantes da pesquisa ao produzirem a pesquisa estão produzindo também a si. Considerando a presença do pesquisador no campo e dos efeitos do ato de pesquisar, o presente estudo caracteriza-se por um estudo exploratório qualitativo que visou compreender as relações entre produção de saúde, espaços culturais e território.

O estudo de campo foi realizado no Museu da Maré, que se localiza no bairro homônimo da zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Circunscrever um espaço cultural no campo teórico da cultura e também na cidade é uma dupla tarefa: especificar o tipo de espaço cultural de que falamos – um museu – e territorializá-lo numa zona opaca da cidade, no complexo de favelas da Maré, que possui mais de 140 mil habitantes, 16 comunidades e 800 km<sup>2</sup>.

Figura 1 - Mapa da Maré



Fonte: site Portal MultiRio

Chegamos ao Museu da Maré através de um de seus trabalhadores que participa do Fórum de Mudanças Climáticas, cuja orientadora desse estudo também faz parte. Houve uma pesquisa prévia acerca do espaço, uma visita para conhecer, uma reunião para averiguar se haveria a viabilidade de execução do projeto e interesse da instituição e, com a resposta positiva, outras reuniões se seguiram para afinar as possibilidades. Esse percurso foi corroborado pelo referencial teórico aqui adotado, onde a proximidade da instituição com o território serve de pistas para pensar os possíveis efeitos das relações demarcadas ali.

Podemos estabelecer que o Museu da Maré provoca uma inversão da ideia de museu desterritorializado - sendo criado e sustentado numa relação intrínseca ao território onde é fundado. Essa inversão de espaço cultural dá-se a partir da sua história e da própria memória constituída por aqueles que habitam o território do museu antes mesmo de sua existência. Esta relação fez emergir uma categoria de análise singular no processo de pesquisa que desloca a história e memória do museu para a seção de análise e discussão do trabalho de campo, narradas pelos próprios fundadores, objetos materiais e narrativas do Museu da Maré.

Figura 2 - Fachada do Museu da Maré



Fonte: acervo pessoal

O trabalho de campo foi realizado no período de 23 de janeiro de 2023 a 28 de março do mesmo ano. Nota-se que para chegar até esse período, outras reuniões foram realizadas com a equipe do museu, para discutir a viabilidade do projeto e das ferramentas a serem utilizadas, o interesse da instituição em participar da pesquisa e a contrapartida a ser retornada ao Museu da Maré. Para atender aos objetivos do projeto foram utilizadas as seguintes ferramentas pesquisa:

- (1) Levantamento e análise documental;
- (2) Observação participante;
- (3) Entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores do Museu da Maré (coordenadores, educadores, arquivistas) e frequentadores do museu;



(4) Roda de conversa acerca do tema saúde, cultura e território;

O levantamento e a análise documental tiveram como objetivo conhecer melhor o espaço, identificar possíveis relações entre produção de saúde, o espaço cultural e o território em questão a partir dos documentos, obras do acervo do museu e produção bibliográfica dos trabalhadores do Museu da Maré. Utilizamos, na observação participante, um caderno de campo com os relatos das idas a campo, anotações de como o pesquisador foi afetado nesse processo. As entrevistas tiveram o propósito de apreender as relações entre o Museu, o território e a produção de saúde, bem como as estratégias de produção de saúde por eles utilizadas. A roda de conversa teve como objetivo fomentar o debate entre o Museu, o território e produção de saúde.

No processo do trabalho de campo as entrevistas, pela sua força e riqueza de dados, assumiram o papel central. Foram realizadas ao total oito entrevistas individuais semiestruturadas de duração entre quarenta minutos e uma hora. Participaram cinco mulheres e três homens, dentre eles/as sete eram trabalhadoras e trabalhadores do museu (4 mulheres e 3 homens) e uma moradora da Maré, frequentadora do museu, que desenvolveu uma parceria junto à instituição, que foi indicada pelos trabalhadores no decorrer das entrevistas. Todas as entrevistas foram realizadas no espaço do Museu da Maré, em duas salas, uma próxima ao espaço de convivência e outra mais afastada, no segundo andar - que foi utilizada quando a primeira estava sendo usada ou havia muito barulho no ambiente externo. Todos/as os/as entrevistados/as eram adultos acima de 18 anos. As entrevistas estavam marcadas para terem início no dia 23 de janeiro 2023, porém, devido ao recesso e retomada das atividades do museu, foram iniciadas no dia 01 de fevereiro e finalizadas no dia 13 de março de 2023. Por vezes, elas tiveram de ser remarçadas pela ocupação violenta da força policial estatal no território, levando à suspensão das atividades do museu. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

As entrevistas os/as trabalhadores/as do museu tiveram como objetivo conhecer as relações com o território, as suas concepções de saúde e as possíveis relações que a função social do museu pode vir a ter nesse sentido, bem como as experiências prévias dos entrevistados que tangenciaram a relação de um espaço cultura e a produção de saúde. A entrevista com a moradora do território ocorreu devido às indicações dos próprios trabalhadores/as do museu e objetivou analisar a experiência da entrevistada com o museu tendo como vetor principal de investigação a produção de saúde (conferir roteiros de entrevistas nos apêndices A e B). Alguns entrevistados não quiseram se identificar – nesse caso, nas citações optamos por não fazer diferenciação de gênero apontado apenas como “pessoa não identificada” (PNI).

A roda de conversa teve como tema “produção de saúde, território e cultura”, foi construída a partir da análise das entrevistas tendo sido realizada no dia 29 de março de 2023. A dinâmica da roda foi costurada com o fio da palavra, sendo constituída por um momento de apresentação onde cada participante trazia uma palavra acerca da sua chegada, o momento principal da dinâmica, onde palavras retiradas das entrevistas foram dispostas numa cesta e cada um/a poderia escolher uma ou duas palavras para falar sobre a relação entre elas e o tema da roda e no momento do fechamento cada um/a compartilhou em uma palavra como foi atravessado/a no encontro. A roda de conversa contou com a participação de três mulheres adultas moradoras da Maré, além do pesquisador e da sua orientadora.

Foram utilizados como critérios de inclusão para participar da pesquisa: ser maior de 18 anos, ter frequentado o Museu da Maré ao menos uma vez e/ou residir no bairro onde o museu está localizado. Os participantes foram abordados diretamente no Museu da Maré e por mensagem, após a autorização dos mesmos para serem contactados. A roda de conversa foi divulgada nas redes sociais do Museu e em grupos em aplicativos de mensagens, porém, mesmo com a ampla divulgação houve uma baixa participação na atividade.

Os resultados do trabalho foram analisados com base em uma categorização temática estruturada a partir das falas dos/as entrevistados/as, tendo em vista o referencial teórico. A sistematização se deu a partir do que se repetiu, o que não apareceu, o que foi intencionalmente marcado pelas narrativas e agrupamos os resultados de acordo com categorias remetidas aos objetivos específicos da pesquisa. Optamos por aglutinar as falas dos/as entrevistados/as em torno das categorias de análise e não a partir das perguntas utilizadas a fim de privilegiar a construção de narrativas menos fragmentadas e mais consolidadas em torno de um determinado tema, porém preservando a identidade de cada fala. Nesse sentido, procuramos visibilizar as linhas de força que a articulação teoria-campo e a criação de narrativas a partir das entrevistas puderam enunciar.

A pesquisa só iniciou a etapa do trabalho de campo e produção de dados após a submissão e aprovação desse projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (CEP/ENSP), processo CAAE número 63039522.5.0000.5240, de modo a garantir que todos os processos estejam de acordo com especificidades éticas da pesquisa. Soma-se à aprovação do CEP, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - em anexo) por todos/as os/as participantes da pesquisa, bem como o termo de anuência institucional pela coordenação do Museu.

Entendemos que há riscos em toda pesquisa que envolve seres humanos, mesmo que mínimos, sendo de responsabilidade dos pesquisadores minimizá-los. Desse modo, as

entrevistas foram realizadas em ambientes adequados e o participante foi perguntado sobre seu conforto com relação ao local utilizado para tal. Foi observada a possibilidade da interrupção da participação na pesquisa e de solicitação da remoção dos dados produzidos pelo participante a qualquer momento durante o processo de pesquisa.

Consideramos o processo de devolutiva da pesquisa um aspecto fundamental no dever ético dos pesquisadores. Portanto, além de retornar com os resultados da pesquisa para a comunidade participante, pretendemos construir junto a eles um encontro para apresentação da mesma, de modo que os achados possam ser compartilhados e discutidos por todos e ao final entregaremos a versão final da dissertação ao museu.

## 6. MUSEU DA MARÉ E SUAS DIVERSAS CONEXÕES: UMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

### 6.1 A CHEGADA: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Fazer uma análise é contar uma história, criar uma narrativa daquilo que está sendo a pesquisa - está sendo porque é no momento da escrita que atualizamos as conexões que emergiram junto ao campo. Assim como escrevo agora aquilo que convencionaram chamar de resultados ou análise, construo também uma memória, uma narrativa. E essas linhas se cruzam no ponto da memória daqueles que habitam o espaço do Museu da Maré. Como não narrar tudo aquilo que vivi, senti, vi e ouvi naquele território e que vai além dos objetivos estritos de uma pesquisa acadêmica? A conclusão provisória é que isso, que vai além de uma forma abstrata do que deveria estar escrito nessa seção, é o que, de fato, mobilizou a pesquisa, o pesquisador e seus participantes.

Chegar num campo de pesquisa é como uma viagem para um lugar desconhecido, onde você não entende a linguagem, os códigos, as relações. Cheguei tímido, *de fininho*, num território que não é o meu, por mais que existam algumas pequenas semelhanças e tenha lido previamente tudo que pude encontrar sobre aquele lugar. Porém, a leitura serve apenas para fornecer pequenas pistas sobre o território, não dá conta de um território permeado por uma heterogeneidade de códigos tão fortemente marcados quanto o bairro da Maré, também conhecido como Complexo de Favelas da Maré - conjunto de 17 comunidades heterogêneas. Estamos próximos à comunidade mais antiga do bairro, o Morro do Timbau. Já na primeira visita ao Museu, antes mesmo de chegar, um dos códigos do território aparece: “abaixem os vidros do carro ao entrar na favela”. Percebo uma certa tensão no ar, no meu corpo. Seguimos até o museu que está logo ali na frente, alguns poucos metros após a entrada da Avenida Brasil - uma avenida larga e movimentada que faz a ligação entre a região central do Rio de Janeiro e os bairros da zona norte da cidade, a Baixada Fluminense e demais cidades da Região Serrana. Ao chegar e adentrar o Museu da Maré vou encontrando um outro território dentro da Maré - outros modos de usar e habitar o espaço, menos tensos, mais livres, E, conforme fui passando a frequentar aquele território, a tensão inicial foi se dissipando e pude, efetivamente, chegar.

Foi um processo delicado, mas que me foi facilitado pela sensibilidade de quem encontrei ali e pelo que podemos nomear como acolhimento, tema que voltarei a falar mais tarde nesta seção. Estar sendo acolhido naquele espaço enquanto pesquisador foi o primeiro passo para firmar confiança e estabelecer a parceria necessária para a pesquisa acontecer. E mesmo com o acolhimento, os estranhamentos vieram e fizeram também parte desse processo. Como esse território está codificado? Em que nível as relações se dão ali no Museu e no

território? Como é que elas são criadas? São perguntas que me foram despertadas logo no início do trabalho observando o espaço e que nas entrevistas pude encontrar pistas para tecer algumas conexões entre essas perguntas e os objetivos deste trabalho. A primeira dessas pistas encontrei na história do Museu da Maré.

## 6.2 CONSTRUÇÃO E HISTÓRIA DO MUSEU DA MARÉ: MEMÓRIA QUE RESISTE NO TEMPO

História essa que se dá aqui de maneira polifônica, efeito das narrativas acessadas nos textos, artigos científicos e, principalmente, nas entrevistas com as trabalhadoras e trabalhadores do museu. A história do Museu da Maré remonta a diferentes estratos históricos daquele território. Cronologicamente, começando pelo estrato mais antigo, observamos que o edifício onde o Museu se localiza hoje era uma fábrica da indústria naval e o Museu conserva até hoje algumas de suas estruturas e maquinários. Este estrato histórico, nos indica que ali naquele território onde hoje o Museu da Maré existe era uma localização da cidade que abrigava fábricas e que hoje, apesar de ainda podemos perceber ao caminhar pelos arredores que, àquela localidade ainda conserva algumas indústrias, a ocupação se tornou mais residencial e comercial. Atravessado também pela ocupação e desenvolvimento do Bairro da Maré, o Museu da Maré foi sendo formado a partir das iniciativas comunitárias, de um movimento conduzido pelos próprios moradores do bairro e em especial pelo Centro de Ações Solidárias da Maré, fundado em 1997 e com sede no Morro do Timbau.

O Museu é fruto da transformação de um dos projetos do Centro de Ações Solidárias da Maré – CEASM, o Rede Memória, criado em 1998, porém, para seguirmos a linha do tempo do processo histórico que veio a dar origem ao museu, precisamos voltar ainda alguns anos na história da Maré. Chegamos, então, aos anos de 1989 e 1990, com o projeto TV Maré, que consistiu no registro, em VHS, de entrevistas com os moradores da região que contavam histórias e causos e um grande acervo de pesquisa acerca da Maré em diferentes arquivos da cidade do Rio de Janeiro. O projeto foi criado pelos próprios moradores da Maré que desenvolveram uma metodologia de entrevista em profundidade com os moradores participantes. Junto às gravações, o projeto também tinha como ação a exibição das entrevistas e gravações em diferentes espaços públicos do bairro. Em 1992 o projeto acaba e todo o seu acervo fica guardado até ser incorporado pela Rede Memória, já no CEASM em 1997.

Segundo Claudia Ribeiro, co-fundadora do CEASM e atual coordenadora do Museu da Maré, em sua entrevista, relata que o Centro de Ações Solidárias da Maré começou a ser discutido em 1996 e foi fundado em 1997. O projeto contava com uma parceria com a Casa de

Oswaldo Cruz e em 1998, o CEASM passou também a fazer parte da Associação Brasileira de História Oral. É também no ano de 1998 que o CEASM inicia uma parceria com o Museu da Vida, da Fiocruz, onde vai oferecer formação para os jovens, futuros mediadores deste museu, vizinho ao território. Nesta parceria, com o Museu da Vida, surge uma troca com a cena da museologia social e em 2002 é inaugurado o Arquivo Dona Orosina Vieira<sup>6</sup>. É com a inauguração do arquivo S. Orosina Vieira que começa a surgir a ideia da criação de um museu. É ainda em 2002 que o CEASM recebe, em comodato, o espaço da fábrica da indústria naval, onde hoje é o Museu da Maré. Ficou decidido que aquele espaço novo seria dedicado aos projetos culturais do CEASM e em sua sede, no Morro do Timbau, ficariam os projetos socioeducacionais e o Jornal O Cidadão. Em 2003, é inaugurada a Casa de Cultura da Maré no espaço onde estavam sediados os projetos culturais do CEASM e os projetos como dança e teatro já estavam sendo implantados no espaço, junto à Rede Memória, a um projeto de exposições itinerantes acerca da história da Maré e a um grupo de contadores de histórias.

É em 2004, através do 1º edital Cultura Viva, do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que o Museu da Maré começa a ganhar seus primeiros contornos. Originalmente, o Museu da Maré foi pensado para ser uma exposição no galpão onde hoje fica instalada a exposição fixa do museu. A exposição “Museu da Maré” acabou sendo selecionada para o edital. Após muitos debates entre a equipe da Casa de cultura da Maré e o Departamento de Museus do IPHAN, Mário Chagas, Marcello Vieira (cenógrafo do Museu da Maré), moradores da Maré, entre outros atores, chegou-se ao resultado final da exposição que seria inaugurada no final de 2006. Entretanto, o Departamento de Museus colocou um desafio à equipe: caso fosse possível terminar até maio daquele ano, a abertura oficial da Semana Nacional de Museus seria ali. A equipe aceitou o desafio e após dias e noites de trabalho incessante, no dia 8 de maio de 2006, foi inaugurada a exposição “Museu da Maré”, com a presença da comunidade, de ONGs, representantes de vários museus e inclusive do ministro da cultura à época, Gilberto Gil. Embora a exposição inaugurada se chamasse Museu da Maré, o espaço continuava sendo referido institucionalmente enquanto Casa de Cultura da Maré, até que, no final do ano de 2007 e início de 2008, toda comunidade já se referia ao espaço como Museu da Maré e essa nomenclatura passa a ser incorporada pela instituição.

É interessante destacar o papel de protagonismo que os moradores da Maré assumem na história da criação do museu, estando presentes em todos os registros do que hoje o constitui,

---

<sup>6</sup> Dona Orosina Vieira é reconhecida como uma das primeiras pessoas a ocupar o Morro do Timbau, primeiro território ocupado do Complexo da Maré.

seja nos projetos precursores do museu, como o TV Maré e Rede Memória, seja no modo como a comunidade de refere ao espaço, na transformação de seu nome, de Casa de Cultura da Maré, para Museu da Maré. Abaixo, segue uma linha do tempo com os principais acontecimentos até a criação do Museu da Maré.

Figura 3 - Linha do tempo da criação do Museu da Maré



Fonte: Elaboração própria.

Podemos observar na linha do tempo da criação do Museu da Maré que os projetos que vão dar origem à instituição começam no contexto da redemocratização do Brasil, momento em que os movimentos sociais se fortaleceram com a construção da constituição de 1988.

O Museu da Maré foi fruto da militância e organização comunitária local. Para além do arquivo D. Orosina Vieira, da biblioteca, brinquedoteca, das atividades artísticas como dança, teatro, hip-hop, contação de histórias, projetos educacionais como Jovens FAPERJ, rodas de conversa e exposições temporárias e itinerantes, a exposição fixa, que originou o nome do museu foi debatida por diversos atores e desenhada por Marcello Vieira, cenografista no museu. Tal exposição, destaque do espaço, foi concebida em 12 tempos diferentes que, transversais uns aos outros, contam a história daquele território.

Figura 4 - Tempos da exposição A Maré em 12 Tempos (I)



Fonte: acervo pessoal

Figura 5 - Tempos da exposição A Maré em 12 Tempos (II)



Fonte: acervo pessoal

São os 12 tempos que compõem a exposição: o tempo da água, da casa, da migração, da resistência, do trabalho, da festa, da feira, da fé, do cotidiano, da criança, do medo e do futuro.



Ao entrarmos no galpão onde a exposição encontra-se instalada, temos a impressão de estar entrando num espaço híbrido entre uma fábrica e uma instalação artística. Ali ainda habitam objetos de outros tempos, “memória da fábrica” está escrito numa sala à esquerda que podemos ver por uma espécie de janela. Lá resistem máquinas, o relógio de ponto e memória do trabalho que um dia ocupou aquele galpão. Ao passarmos pelo lado-parede que separa a entrada do galpão de seu interior, formando uma barreira para quem está do lado de fora não veja o interior do galpão que guarda a exposição, damos de cara um uma palafita - um tipo de casa suspensa feita de tábuas de madeira - uma réplica em tamanho real das primeiras casas da Maré. Estamos no primeiro dos doze tempos, o tempo da água, que reflete a progressiva ocupação do território, das palafitas às reformas urbanas, conjuntos habitacionais e novas comunidades que vão surgindo no tempo e a relação do território com a água, com a maré. Parte da história heterogênea do território. Seguimos para o tempo da imigração que responde a pergunta: quem ocupa esse território? Nele há uma instalação com garrafas cheias de areia que moradores e visitantes do museu trazem de suas viagens e de suas terras natais. Após o tempo da imigração, vamos em direção ao no tempo da casa, subimos as escadas da palafita e entramos na casa, de um cômodo apenas, toda feita de tábuas de madeira. É difícil não ser atravessado por aquele microcosmo, tão singular e coletivo ao mesmo tempo. Lembro vividamente de me emocionar todas as vezes que entrei naquela casa. Na primeira vez fui surpreendido pelo que encontrei no espaço, nas outras, algo me impelia a estar ali, me demorar dentro da casa, durar no olhar dos objetos, acessar um outro modo de vida, longínquo, mas familiar. Cada objeto era como se fosse uma marca, uma inscrição temporal que era ativada em minha memória. Ali na palafita se encontram objetos comuns, panelas, um fogão, uma cama, santinhos pendurados na parede, fotos familiares, louças, alguns objetos garimpados pelo cenografista, outros doados por moradores. Tem algo muito comum ali, as falas nas visitas que pude participar giram em torno do “tinha isso na casa da minha vó”, “minha tia tinha uma igual”, “há muito tempo não vejo algo assim”. E realmente tinha isso e aquilo na casa da minha avó.

Figura 6 - Memória da Fábrica



Fonte: acervo pessoal

Figura 7 - A Casa de Palafita



Fonte: acervo pessoal

Entrar na palafita é um mergulho em direção a um passado transversal, onde objetos de diferentes tempos e registros se encontram e recriam a memória não só daquele território, mas também de muitos outros atravessados por condições semelhantes. Saindo da palafita, descemos de volta para a galeria e encontramos o tempo trabalho, o tempo da resistência e o tempo da festa. Esses tempos sintetizam a vida em comunidade ali naquele território, cada um a seu modo. O tempo do trabalho com a história das profissões e também da construção da Maré através das ferramentas penduradas na parede e das fotos que mostram a organização comunitária, os mutirões, para erguer as casas dali daquele lugar. O tempo da resistência nos traz a narrativa política da ocupação daquele espaço, desde o reconhecimento das primeiras moradias, o processo de ocupação das diversas comunidades da Maré, bem como a luta política organizada através das associações de moradores daquele lugar. Já o tempo da festa nos convida a entrar no mundo das celebrações locais, tanto das festas de rua, blocos de carnaval, como o “Mataram meu gato” quanto às festas que marcaram aquele lugar, como o casamento na palafita.

Figura 8 - Estandarte do bloco carnavalesco Mataram meu Gato



Fonte: acervo pessoal

Continuamos acessando os próximos tempos, ao lado do tempo da festa, temos o tempo da feira com alguns objetos que remetem ao passado analógico onde as feiras livres eram a

principal forma de comércio de alimentos e variedades da região. Seguimos pelo tempo do cotidiano retratado pelo bar cenográfico e as placas comuns nas portas das casas, indicando alguma venda. Chegamos até o tempo da fé, onde estão dispostos santos, ex-votos, placas com dizeres religiosos e também uma salinha onde encontramos um altar dedicado às religiões de matriz africana, representando as religiões praticadas naquele território.

Se aproximando do fim, entramos no tempo da criança, com as brincadeiras e brinquedos de outrora e por fim passamos pelo tempo do medo, tempo que bifurca, no medo de antigamente, das crianças caírem pelas frestas das palafitas e serem arrastadas para o mar e o medo de hoje, o medo da violência estatal na guerra contra o tráfico. E no tempo do medo é necessário nos demorar um pouco mais. Durante o acontecer dessa pesquisa, por vezes, precisamos adiar as entrevistas e demais atividades por conta da violência estatal dentro do território da Maré. A ocupação pelas forças policiais do estado não distingue quem habita aquele território, quem ali trabalha, estuda, se diverte. Essa máquina criada para, de alguma forma, proteger, produz medo naquele território e foi numa dessas incursões onde um helicóptero atirou no pátio do museu. O mesmo pátio onde fizemos o lanche da roda de conversa, o mesmo pátio, onde as crianças que habitam no entorno, utilizam para soltar pipa.

Figura 9 - Buraco de bala no chão do pátio do Museu da Maré



Fonte: acervo pessoal

Depois de passar pelo tempo do medo, seguimos para o tempo do futuro. Uma sala em branco. Durante boa parte das visitas que acompanhei no museu, havia apenas um objeto nessa

sala, a porta do gabinete da vereadora executada Marielle Franco, *cria* da Maré, ex-aluna do pré-vestibular do CEASM. Porém, essa não é a única conexão de sua família com o museu, no tempo do cotidiano, entre outras cenas, é retratado uma venda, um bar, inspirado no bar de seu avô na Maré.

Figura 10 - Bar no Tempo do Cotidiano - Exposição Maré em 12 Tempos



Fonte: acervo pessoal

A história da criação do Museu da Maré e a sua exposição fixa se entrelaçam a partir do fio da memória daqueles que lutaram pela sua construção e manutenção, resistindo no tempo e acoessando meios de manter o museu aberto e as atividades funcionando. O Museu da Maré é mantido com os esforços da própria equipe que submete o projeto a editais e ao apoio do estado

a partir de emendas parlamentares, já que a instituição não possui nenhum patrocínio fixo público ou privado. São as trabalhadoras e trabalhadores que fazem existir o museu existir no seu dia a dia. Grande parte dessas pessoas que trabalham no museu estava presente em sua criação, como cofundadoras ou simplesmente junto aos movimentos sociais envolvidos. Para outras, o próprio museu fez parte de sua história, através de alguma atividade oferecida ou algum projeto educacional. Além do fato, de que todos os trabalhadores entrevistados moram ou moraram na Maré, criando um terreno propício para apropriação desse espaço, fortalecendo o sentimento coletivo de pertencimento ao território - do Museu e também da Maré.

### 6.3 A PANDEMIA DE SARS-COV-2: PLASTICIDADE DOS USOS DO MUSEU

Essa relação tão estreita com os territórios está sempre sendo atualizada e durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2 ganhou forma de modo que podemos denominar como plasticidade dos usos do espaço.

Em março de 2020 a OMS decretou estado de pandemia com relação à contaminação do coronavírus. O planeta inteiro foi afetado pelo vírus de maneira brusca nos anos que se seguiram, porém os efeitos da pandemia não foram homogêneos em escala mundial, nem mesmo em escala nacional e, ainda, municipal. Os territórios mais vulnerabilizados, como a Maré, foram mais afetados e apresentaram maior índice de mortalidade que os territórios com maior renda per capita<sup>7</sup> - os territórios luminosos da cidade.

Com isso, atores do território se organizaram para atenuar os efeitos da pandemia naquele território, produzindo ações focadas tanto na conscientização da população local, através da comunicação, até atender às necessidades básicas como material de higiene, cestas básicas e equipamento de proteção como máscaras.

*“Então se criou esse QG aqui no museu, se adaptou ao espaço do museu pra receber isso e a gente não atendia mais o público como museu. [...] parte da equipe se juntou à frente pra fazer esse trabalho de entrega de cesta básica e tal. [...] A conjuntura política nos obrigou politicamente a se articular. [...] O Mário Chagas, ele que é uma referência da museologia, também foi muito importante para a história do museu. Ele tem uma frase: os museus que não servem pra vida não servem pra nada. Eu acho que esse exemplo do museu durante a pandemia foi esse.” (PNI - grifo nosso).*

---

<sup>7</sup>Para uma reflexão aprofundada sobre o tema, conferir: BREILH, Jaime. SARS-CoV2: rompiendo el cerco de la ciencia del poder Escenario de asedio de la vida, los pueblos y la ciencia. In: ALZUETA, Esteban Rodríguez et al. **Posnormales**. Buenos Aires: Aspo (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 31-90; RIBEIRO, Karina Braga; RIBEIRO, Ana Freitas; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena; CASTRO, Marcia Caldas de. Social inequalities and COVID-19 mortality in the city of São Paulo, Brazil. **International Journal Of Epidemiology**, [S.L.], v. 50, n. 3, p. 732-742, 28 fev. 2021; ESTRELA, Fernanda Matheus; SOARES, Caroline Fernandes Soares e; CRUZ, Moniky Araújo da; SILVA, Andrey Ferreira da; SANTOS, Jemima Raquel Lopes; MOREIRA, Tânia Maria de Oliveira; LIMA, Adriana Brait; SILVA, Márcia Gomes. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 9, p. 3431-3436, set. 2020.

*“As pessoas passaram fome aqui por causa de perda de trabalho e tudo isso e não tinha dinheiro pra comprar coisas para higienizar, por exemplo. Então pra essas famílias que mais precisavam, tinha um projeto aqui, grande, com várias instituições e o museu abraçou todo mundo. Tinha um movimento muito forte aqui, caminhões chegaram, comunicadores aqui e aqui junto a trabalhar. Então acho isso mostra também. É incrível de ver como esse conceito do museu foi adaptado aqui” (PNI).*

*“E isso é uma coisa que me dá muito orgulho de saber que, dentro das nossas limitações, a gente conseguiu não perder ninguém no meio do caminho, né? Isso foi maravilhoso, mas pensando se a gente tivesse tido mais estrutura, se o governo da época tivesse dado mais condições. E porque a gente fica nessa, ‘mas se a gente não tivesse sido atacada?’. Porque a gente chegou num ponto que a cultura estava sendo atacada. Que uma coisa quando você é negligente, quando, às vezes, acontece com os museus, se você não fizer nada, o museu está em risco, porque, se você não dá verba, você não tem como dar segurança. Você não cria planos contra incêndio, então o museu fica vulnerável. Mais cedo ou mais tarde alguma coisa vai acontecer, como foi o caso do Museu Nacional. Então, quando você não faz nada, negligência, também é uma forma de você se omitir e colaborar com esse tipo de situação. Mas no caso da pandemia, você não só lidava com a negligência, lidava com o ataque às pessoas. O governo atacou as pessoas da área da cultura, atacou artistas, atacou as pessoas de esquerda. Então, saber que a gente passou por isso sem perder ninguém, sendo atacado, né? Que a gente poderia não ter sido atacado e já teria sido difícil, mas ser atacado foi muito complicado. Então posso dizer que especial foi ter atravessado esse período sem ter perdido ninguém da equipe.” (PNI).*

Ainda assim, com o cenário político-sanitário desfavorável, principalmente para os trabalhadores da cultura, durante a pandemia, surgiu a ideia do “café com afeto”, um momento onde as trabalhadoras e trabalhadores do museu podem se encontrar para conversar com calma, compartilhar seus receios, medos e angústias.

*“Depois da pandemia, ficou muito difícil para todo mundo, né? E aí eu pensei assim, inicialmente a gente começou online, que é o que a gente chama de café com afeto, né? Que é que a gente tira um tempo mesmo, uma vez por mês para sentar e conversar. Isso ali que serviu e muito. A gente tenta pelo menos 1 vez por mês sentar para esse momento e aí a gente se colocar, sabe? Falar. E eu tenho uma preocupação muito grande com isso, porque a gente tem uma carga e tanto de essa coisa da luta, do sabe? De resistir.” (PNI).*

#### 6.4 (RE)CONHECENDO AS FERRAMENTAS: A PRODUÇÃO DE SAÚDE ENTRE O MUSEU, OS TRABALHADORES E A COMUNIDADE

O *Café com Afeto* surge durante a pandemia, inicialmente realizado de maneira remota por conta das circunstâncias, é um momento de escuta e acolhimento entre os próprios trabalhadores do museu que está sendo levado para a rotina do trabalho presencial. A presença de um tempo e espaço dedicado à escuta e acolhimento, do compartilhamento do café, da comida, do ato de comer em grupo, nos leva a apontar o café com afeto como uma ferramenta de produção de saúde entre os trabalhadores do Museu da Maré.

Entendemos aqui ferramentas de produção de saúde como dispositivos que possibilitem fazer ver e falar das condições existenciais, sociais, de trabalho, do território, (Foucault, 2000; Deleuze, 1990) e que, deste modo, tenham caráter normativo (Canguilhem, 2020), ou seja, no entre o sujeito e o ambiente, promovam o alargamento das possibilidades existenciais.

Nesse sentido, pudemos construir teoricamente o que identificamos como ferramentas de produção de saúde. Assim, na direção de validar essa construção e estabelecer uma possível

conexão entre essa ideia de ferramenta e o mundo, os entrevistados foram perguntados se identificavam alguma ferramenta que poderia produzir saúde ali no cotidiano do museu, de forma a engendrar juntos, a partir de múltiplas narrativas, essa categoria de análise. Subdividimos essa categoria em três grupos: dos modos de organização do trabalho; dos modos de fazer o trabalho e; das ações e projetos existentes no museu.

Identificamos os modos de organização do trabalho no Museu da Maré como uma ferramenta de produção de saúde a partir das observações no campo e falas dos trabalhadores da instituição. Tradicionalmente, as instituições são setorializadas e o trabalho dividido e segregado de acordo com os setores (os arquivistas trabalham no arquivo e acervo, os educadores com as atividades educacionais, os coordenadores com a gestão) o que pode produzir uma alienação do trabalho por parte dos trabalhadores dessas instituições, uma vez que eles se apropriam apenas da sua parte do trabalho e não de todo o processo de trabalho que atravessa a instituição. Contudo o trabalho no Museu da Maré se organiza de um modo diferente, a partir de grupos de trabalho e mesmo com cada trabalhador/a tendo sua função definida (como educador, contador de história, pesquisador), o trabalho se organiza de uma forma coletiva e menos hierárquica com a criação desses grupos. Tal modo de trabalho emerge nas falas dos/as trabalhadores/as como um meio de produção de outros vínculos de trabalho:

*“O que acontece aqui, a gente tem grupos de trabalho. Isso foi até uma coisa que mesmo eu trabalhando aqui, eu não conseguia visualizar isso. A gente não tem esse setor, porque em museus mais formais existem setores. Já num museu como o nosso, que é um museu de museologia social, que é um museu comunitário, um museu de território é mais fluido, essa relação de trabalho. Então a gente faz de tudo um pouco, sabe?” (Adrielly, trabalhadora do educativo do Museu da Maré).*

*“Aqui, sabe, a gente trabalha junto, mas a gente também troca coisas pessoais. É um espaço onde é muito importante também porque as pessoas se fortalecem, se ajudam. Então, essa é uma grande, grande diferença no sentido coletivo [...] é um lugar que traz saúde, que acho sempre quando, tem pessoas juntas e eles trabalham juntas. Isso faz toda uma diferença também em momentos de crise.” (PNI).*

*“Eu era jovem FAPERJ lá em 2013 e hoje em dia eu estou junto pensando as atividades e dando as atividades para os jovens. FAPERJ. Já peguei umas três turmas. Tenho uma relação muito, muito amistosa com o museu. Criei laços de amizade aqui, porque o museu ele se difere desse campo profissional, para além de a gente está aqui, a gente recebeu uma bolsa para estar aqui. Existe uma questão ativista, sabe, de estar nesse espaço e de **reconhecer como um espaço que é nosso, que é um espaço da comunidade, um espaço que te integra, que te forma.** E assim como você pode ver ali na nossa conversa, a gente tem uma relação muito bacana. Inclusive eu costumo dizer que o museu parte de uma ideia também de família. Porque não é uma empresa. Assim, existe uma coordenação, existem os projetos, sendo que **tudo é atravessado e pensado de uma forma horizontal. É importante que a gente construa esse espaço de forma coletiva.**” (Matheus Frazão, arte-educador no Museu da Maré - grifo nosso).*

Essas falas ressaltam o papel do trabalho coletivo e não-alienado no Museu da Maré como forma de cuidado entre os/as trabalhadores/as, o que é expresso também pela fala a seguir:



*“Você está num lugar que você se sente confortável com as pessoas, que você sabe que sabe que vai ser acolhido, não tem medo de adoecer, não tem medo, por mais que tiver algum tipo de conflito, você sabe que vai ser para tentar mediar, pra tentar chegar numa solução. Não é uma coisa que você vai ter medo de ser mandada embora. Porque você sabe que o espaço é feito pensando pra quem é morador, para o melhor, para o morador.” (PNI).*

O acolhimento existente nas relações de trabalho pode ser destacado como modo de vinculação dos trabalhadores do museu entre si, mas também como um modo de fazer o trabalho que aparece nas falas das/os entrevistadas/os. Nas entrevistas, o acolhimento, o diálogo e a coletividade são pensados no fazer das práticas do museu como modos de produção de saúde e cuidado com os frequentadores do espaço.

*“Eu acho que tem muito a ver com diálogo. Eu acho que está muito numa identidade do morador de favela. E a gente trabalha com isso, de entender que a Maré é uma referência de articulação política das associações de moradores, de como se articularam no passado para fazer isso. Então a gente se inspira muito nesse tipo de coisa, pra se adaptar o presente, ver o que a gente pode fazer. Então eu acho que tem muito a ver com pensar isso e de maneira coletiva. **A gente não faz nada sozinho**” (PNI - grifo nosso).*

*“O ato de falar, o ato de externalizar as coisas. Eu acho que é um ato que produz saúde. A gente aqui tem uma ferramenta que, não sei se a gente pode dizer ferramenta, mas é uma ação do educativo, que é o chá de memórias, colocamos [um objeto] num círculo e as pessoas vão no meio, pegam aquele objeto e contam sobre a vivência que ele tem com aquele objeto. E aí eu acho que o museu, está buscando essa memória que está aqui, que é a memória de um coletivo. Quando a gente vai falar da moringa, quando a gente vai falar do fogareiro jacaré, consequentemente, ele também está produzindo saúde pelo ato da fala, pelo ato de estar em comunidade. [...] E eu acho que dentro desse processo, a gente tá produzindo saúde por estar junto, pela criatividade que se coloca ali naquele processo criativo. [...] A gente tem uma preocupação com esses jovens que chegam [para o projeto Jovens FAPERJ], que normalmente estão no primeiro, segundo ano do ensino médio, que eles já vêm trazendo essas questões. Estar num período transitório da fase jovem para a vida adulta. E aí um dos um dos primeiros momentos que a gente tem com esses jovens é o **acolhimento**. Normalmente, quem dá esse acolhimento sou eu, eu, a Cida, que é assistente social. E esse acolhimento ele tem a ver com que? Com uma consciência corporal, tem a ver com o ato de falar. Tem a ver com mexer esse corpo e acordar esse corpo que é muito cotidiano, que não se coloca em um outro lugar. Então a gente e a equipe entende que é necessário ter o acolhimento com esses jovens. [...] E também pensando nesse espaço que por vezes é violentado pelo Estado. A comemoração é um ato político. A comemoração é revolucionária. A gente também faz. A gente faz política fazendo festa” (Matheus Frazão, trabalhador do educativo do Museu da Maré - grifo nosso).*

Figura 11 - Chá de Memória



Fonte: acervo pessoal

O *Chá de Memória* é uma ação produzida pelo Museu da Maré em que ocorre o encontro intergeracional entre antigos e novos moradores do território, entre jovens e idosos, onde são contadas histórias a partir de um objeto escolhido. O diálogo intergeracional é compreendido pelos educadores do Museu como um modo de manter viva a memória do território e a valorização dos objetos ali em exposição. Ainda, outras ações que acontecem no Museu da Maré foram identificadas como potenciais ferramentas de produção de saúde: psicanálise no museu, onde uma psicanalista se disponibiliza um dia da semana para atender pessoas do território através da psicanálise; colônia de férias para as crianças do território; as festas comemorativas promovidas pelo museu, como a já tradicional festa Julina; a produção de cartilhas com informações acerca dos equipamentos de educação, saúde e assistência do território; e as oficinas de informática, capoeira, hip-hop e teatro. Todas as ações são gratuitas e abertas à comunidade.

*“De maneira prática, a ação dele [museu] como um todo. A promoção da saúde através das oficinas de teatro, através do hip hop, do, do, da capoeira, mas não só da saúde, no sentido de só fazer atividade física. É bom pra saúde, mas no sentido que eu estou te falando do holístico, da catarse mesmo, porque você precisa de uma catarse de toda a pressão que você tem no seu cotidiano. Essa catarse é extremamente importante, porque é muito violento o espaço e não violência óbvia da arma que eu tô falando. Mas toda outra violência que eu te falei, tipo eu tava falando sobre essa queda de energia que tem no verão, do poste pegar fogo perto da minha janela. Isso é uma violência contra mim, entende? Então tudo isso é muito exaustivo, tanto pra saúde mental quanto pra saúde*

*física. Causa um estresse muito grande. E você tem um espaço em que você tem uma roda de samba, que você tem teatro, você tem hip hop, que você tem uma exposição de longa duração, você tem uma exposição temporária com outros temas, com outras informações, e isso faz com que você tenha uma catarse, que você tenha um espaço ali, que você possa descansar e descansar.” (Adrielly, trabalhadora do educativo do Museu da Maré - grifo nosso).*

Esta fala marca a importância das ações que o Museu da Maré produz naquele território. Outrossim, uma concepção de saúde além da visão biomédica nos possibilita visibilizar os efeitos produzidos pelas diversas adversidades do território nos corpos que ali circulam. Logo, o território, as relações de saúde e violência ali produzidas impõem-se como analisadores centrais da pesquisa.

## 6.5 MERGULHANDO NO TERRITÓRIO: A PRODUÇÃO DE RELAÇÕES DE SAÚDE NO MUSEU DA MARÉ

A divisão da cidade aparece fortemente marcada não apenas pelas fronteiras entre zonas e bairros, mas também, principalmente, pelos usos atribuídos aos seus territórios, tanto pelo Estado, quanto pela sociedade civil. Tal divisão marca as diferenças no investimento do Estado, por um lado, nas zonas ditas civis, investimento em infraestrutura, educação, saúde, fomento para equipamentos culturais, por outro, nas zonas consideradas incivis, o principal investimento na chamada segurança pública, ou guerras aos pobres. Apesar da ausência de um Estado que promova o bem-estar social e o cuidado da população em territórios vulnerabilizados, a organização comunitária se faz presente, não para substituí-lo, mas para reivindicar o que é um direito de todos.

*“Então, se você tem uma política pública voltada para a cultura, pensando aqui no nosso território, se você tem espaços de lazer, se você tem cinema, se você tem o teatro, se você tem, se você tem as possibilidades da cultura para todo mundo, pra gente aqui isso é promoção de saúde, porque você está tratando do indivíduo antes de chegar a coisa física dele, né? Porque você está possibilitando para ele se locomover, se envolver em tantas outras questões do bem-estar dele. [...] Na Maré a gente não tem, a gente tem as nossas estratégias que a gente cria aqui dentro. Mas **política pública a gente não tem**, que são as ferramentas para esse trabalhador ter acesso, que não tem. Teoricamente você tem na Zona Sul, você tem nos outros espaços que não nos territórios periféricos, você tem nos outros espaços, a gente não tem aqui. Então, **o que a gente tem aqui são estratégias que a gente cria, né?**” (PNI - grifo nosso)*

Ainda, traçando conexões com os autores aqui discutidos, Ailton Krenak, comenta: “Para citar o Boaventura Souza Santos, a ecologia dos saberes deveria também integrar nossas experiências cotidianas, inspirar nossas escolhas sobre o lugar em que queremos viver nossa experiência enquanto comunidade.” (Krenak, 2020, p. 24).

*“Você ter capoeira, como ter um museu, você ter atividade de teatro, como tem aqui no museu, você ter o hip hop, você tem galeria, tem exposição de arte, tudo isso é saúde per se, por si só, independente do território. Eu podia tá no Alemão, eu podia tá em Mangueiras, podia ter em qualquer lugar, sabe? E saúde por quê? **E eu acho que***

*isso tem a ver também com planejamento urbano. Eu acho que tem uma questão hoje de acesso à cultura, mobilidade urbana, planejamento urbano, tipo a Zona Sul. Ela tem o ar mais limpo, ela tem transporte público, mobilidade mais fácil, acesso a lazer mais fácil. [...] Eu acho que espaços de lazer e atividades e ações culturais deveriam entrar com uma ação integrada com o Sistema Único de Saúde. É isso que eu enxergo. É óbvio que a gente está falando de um museu e um museu é IBRAM. Só que eu acho que se você não tiver um mapeamento do território, qual é o espaço de lazer que aquela pessoa tem e qual é a lacuna que aquela pessoa tem? Então um texto do Mario Chagas que ele fala isso ‘O museu é um espaço de vida. O museu é um espaço de felicidade.’ E isso não é necessariamente uma visão romântica, mas é uma visão em que as pessoas têm um espaço para o ócio. A pessoa tem um intervalo e um momento para ela sentar e olhar para um quadro, uma obra de arte. É uma questão sobre a pessoa ter acesso à saúde do ponto de vista do bem-estar social dela. Porque se você não tem bem-estar social, você não tem saúde. Porque se você vive sob tiro, se você vive sem luz, se você vive sem água, se você vive sem saneamento básico, como você vai ter saúde? Até cinema é difícil na Zona Norte. Os filmes que passam na Zona Sul são diferentes dos que passam na Norte. Pergunta se Marighella passou na Zona Norte? Não passou. Você tá entendendo? Não tem. Você tem que ir pra Botafogo [bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro] para você assistir. Então tudo isso faz com que as pessoas fiquem numa bolha e numa bolha muito quente, com pressão, e que em algum momento a pessoa somatiza aquilo, aquilo vai pro corpo e a pessoa adoce.” (Adrielly, trabalhadora do educativo do Museu da Maré - grifo nosso).*

*“As pessoas aqui têm um espaço para realizar questões culturais em relação com a Maré. E eu estou vendo muito forte também. A exposição sim do Museu fala de 12 temas da Maré, está totalmente focado na Maré, foi feito pelos próprios moradores. Então, eu acho, a ligação em si já está muito forte. É tudo. Tudo que está desenvolvido aqui, os contadores de história e tem teatro, as oficinas de teatro, hip hop. A capoeira, não é? Tudo voltado aqui para as questões da Maré.” (PNI)*

Krenak, ao comentar Boaventura nos faz pensar em como queremos viver enquanto comunidade, como queremos usar o espaço, como Milton Santos (2020) define, o território que dispomos ao nosso alcance. As falas acima, além de marcarem a profunda divisão da cidade, tensionam o que pode ser uma zona incivil, opaca, de uma cidade. As falas apontam para uma linha de fuga daquilo que o território pode vir a ser.

Ao mesmo tempo, não é só o território que é atravessado pelas políticas estatais (ou a falta delas) e os modos pelas quais a divisão da cidade produzem essas diferenças, as subjetividades também o são. O território se configura como um espaço de disputa, não só de força bruta, das políticas duras, mas também de forças subjetivas, da política que perpassa e produz os corpos tocados por aquela realidade.

A modernidade jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador humano chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos (Krenak, 2020, p. 14)

*“E aí a gente vê noticiários, manchetes de só coisas violentas assim teve operação policial e quantas escolas fecharam? A clínica [da família] também fechou? E aí, fica todo mundo dentro de casa? A operação durou não sei quantas horas, quantos feridos foram? Então, assim, eu acho que a Maré, eu falo da Maré porque eu moro aqui, mas acho que as favelas das periferias, elas têm muito mais a oferecer do que só essas manchetes. Então, quando você tem um espaço de cultura, como o museu, que traz essa história do local, que traz outros eventos*

para além disso, o teatro, dança. Então é muito maior e muito maior do que aquelas manchetes. Poxa, eu moro na Maré. Eu faço parte da história da Maré, de como ela se construiu. Continuo fazendo parte da história porque a história vai sendo construída no presente. Daqui vai passar para os meus filhos e netos. Só que vai muito além das manchetes sangrentas... Eu acho que é ampliar o que é a favela, não só o que a gente vê no jornal, na mídia. **Eu acho que é muito maior, que a gente é potência, a gente é cultura, a gente é arte, a gente é muito mais.** [...] Olha, o museu tem um papel fundamental na questão da criação, da identidade. Por você ter um museu dentro de uma favela já é algo que quebra todos os parâmetros. Porque como eu falei, quando você fala em museu, a primeira coisa que a pessoa acha, eu lembro que num relato que eu tive no grupo terapêutico [grupo terapêutico que realizou uma visita no Museu da Maré, conduzido pela entrevistada] eu falei assim: ‘você já conheceram o Museu da Maré? Não? Vamos conhecer, vamos?’ Muitas delas conhecem porque mora aqui perto, então transita de um lado para outro. E eu falei: ‘vamos!’ ‘Mas precisa ir arrumada?’ Eu falei: ‘como assim arrumada? Não.’ Porque quando a gente fala de museu, tem que ir bem arrumado, porque não pode entrar de um jeito assim não. ‘Você vai de um jeito que você se sentir bem. Se você estiver se sentindo bem com a roupa que você estiver, você vai entrar.’ ‘Tem que ir de sapato ou eu posso ir de chinelo?’ Não, você pode ir de chinelo. Então essa é a idealização do que é um museu. **É assim você ter um museu dentro da Maré, dentro de uma favela é uma coisa que rompe essa idealização.** E aí, poxa, eu posso ir do jeito que eu estou. É um acesso gratuito perto de casa, onde as pessoas podem entrar, podem conhecer a própria história, porque você se identifica com o lugar. E aí tem a questão da exposição fixa e você conhecer a história do local onde você mora, como é que se deu, como é que era naquele tempo e como é que vem se construindo a partir de agora, de você se identificar mesmo, de olhar e falar assim: **Nossa, eu fiz parte disso, eu estou fazendo parte disso**” (Vanessa, psicóloga, moradora da Maré - grifo nosso).

Um espaço que reivindica outras narrativas que não a hegemônica de violência e de carência acerca daquele território segue na direção tensionar a disputa dos modos de ser, estar e olhar para aquele território e produz rachaduras na narrativa dominante. O Museu da Maré parte de uma relação endógena, existente no próprio local e nas conexões possíveis.

O protagonismo dos atores locais tem importância fundamental nessa disputa. A organização comunitária, coletiva e não hierárquica (na medida do possível) são formas de salvaguardar os interesses da comunidade em comparação com outras formas de organização que podem ser encontradas no território cujos os interesses externos se impõem dominando os modos de produção e subjugando os interesses da população local.

*“O Museu da Maré, ele não é um museu que parte de fora para dentro. Não é uma política colocada pelo governo, né? São os próprios moradores daqui que constroem ele. Porque o museu é uma totalidade, ele não é só exposição. O museu é a biblioteca, ele é a brinquedoteca, ele é o arquivo, ele é a reserva técnica. Então é uma proposta pensada pelos próprios moradores para poder preservar a sua memória. Então, essa relação é tão estreita porque não é alguém de fora trazendo para dentro, sabe? São as próprias pessoas de dentro do território que vivenciam a Maré, que fazem parte da construção dessas marés, que trazem essa proposta de museu. É por isso que essa relação é tão, tão amistosa e tão estreita.”* (Matheus Frazão, arte-educador no Museu da Maré).

O Museu é produzido e produz suas ações a partir de uma lógica “de nós para nós”, e esse nós, pode ser entendido de uma maneira muito mais ampla do que apenas como os moradores do território. Esse “nós” inclui todas, todos e todes atravessados pela história e memória do processo de divisão urbana e pelos processos decorrentes do capitalismo colonial e patriarcal e dialoga com uma sensibilidade emergente no encontro com as diferenças e semelhanças, identificações e estranhamentos que aquele espaço guarda.

“Eu penso que o museu, ele afetou pessoas. Ele foi criado com pessoas que estavam muito visceralmente motivadas a trabalhar a memória do território. Essas pessoas não eram pessoas de fora, eram pessoas de dentro. Não, isso não é uma equação, não é um uma conta de dois, mais dois, quatro. Mas isso nos dá uma visão de que isso é importante para os moradores, porque é importante para a gente, enquanto moradores também, e da Maré, no sentido de conhecer a nossa história. E aí você, **conhecendo a sua história, você cria um vínculo com um espaço. E esse vínculo a gente chama de pertencimento.** E esse vínculo que você consegue olhar algo que você não estava olhando antes, que são essas identidades de um morador de uma favela e da história desses moradores, desse espaço, desse **território vivo que foi transformado, se transformou, foi transformado pelos moradores, né?** Então a gente tende a imaginar isso: **quanto mais você conhece o seu lugar e você tem mais informações sobre esse lugar que você mora, você cria mais condição de dialogar com a cidade.** Dialogar de forma? Sem qualquer tipo de soberba, mas no sentido de se nivelar as relações. Você não é menor nem maior do que ninguém. Você é um cidadão da pólis, da cidade. Então, mas você, um morador da favela, ele é sempre muito subjugado. Porque, historicamente falando, quando falo isso, vou dar um exemplo: quando você como morador da Maré, você vê a história do pessoal que fala aqui, ‘o pessoal da Maré que poluiu a Baía de Guanabara, que acabou com os espaços, que deteriorou e tal, porque construíram as palafitas, faziam suas necessidades, jogavam lixo na maré, no canal, isso degradou tudo.’ Você ouve isso e você não tem muita, condição de trocar sobre essa questão. Mas se você falar assim, vai ser comprando o governo, não é? Que não deu habitação digna para as pessoas que vieram pra cá trabalhar pra construir, ajudar a construir a cidade. Você pode fazer esse movimento, esse discurso, esse diálogo. A gente, como você, sabe que aqui do lado dos canais existe a Cidade Universitária, a UFRJ foi construída a partir de um aterramento de oito ilhas e que esse aterramento afetou brutalmente o ambiente marinho e marítimo. E o impacto foi absurdo. Tanto é que não podemos imaginar que isso seria feito hoje. Não seria feito hoje em função da educação patrimonial, ambiental que a gente tem, a cidade, o país tem. Então, o impacto ambiental que foi causado pela construção da cidade universitária, pelo aterramento dessas ilhas é absurdo. Não foram os moradores que vieram morar aqui. Então, quando você conhece essa história, você acaba criando, acaba se empoderando de alguma forma pra estabelecer um diálogo pedagógico ou um enfrentamento. Não há pensamento que coloque o morador da favela da Maré especificamente como o vilão que causou a poluição e a degradação dessa parte da Baía de Guanabara. Então, é nesse sentido que a gente acredita que o museu tenha sim essa função, essa missão também. Mas isso é uma questão política, né? Obviamente a gente sabe que não é só política. Tem a questão cultural. E todo museu é esse espaço que quer tratar das questões culturais, quer fazer com que as pessoas transitem por aqui, participem de oficinas que a gente possa oferecer. A gente trabalha com essa dimensão já há muitos anos, mais de 20 anos. Então a gente acredita que o museu, esse espaço que se apresenta um espaço de convivência, de encontro, de festa, de discussão sobre a nossa realidade, a partir da exposição de longa duração e a partir de alguns projetos como a contação de história, o arquivo, alguns seminários que a gente faz por aqui. A gente acredita que tem obviamente, isso tudo tem um quê de subjetividade muito grande, até por parte dos moradores, porque o morador pode ser muito político, muito consciente, sem nem conhecer o Museu da Maré, não é? Não é uma associação direta. Mas o Museu da Maré está como mais um equipamento pra contribuir com essa história. [...]. Porque a saúde tem que estar muito ligada ao bem-estar, ao bem viver. O morador se descobre enquanto um morador de um território de favela e ele não necessariamente deveria estar subjugado ao morador que não mora em alguma parte [favelada] da sua cidade. Isso traz para ele um bem-estar social. E nesse sentido, eu acho que **o museu tem um papel significativo, porque esse bem-estar social está ligado à própria postura dessa pessoa em relação à cidade, a partir do território que ela mora com a cidade.** Aí é o grande desafio, que essa relação não pode ser uma relação de mão única, é uma relação de mão dupla. Ou seja, não basta só o morador da favela se sentir integrado à favela a despeito de qualquer outra situação externa, é preciso que a cidade também, como um todo, compreenda que a pessoa que mora na favela, ela não é uma pessoa fadada à violência, a cometer violência ou não ter uma condição de vida adequada, uma condição ligada a bolsões de lixo. Não, a cidade também tem que ter isso. Tem que ser educada a perceber o morador da favela como um morador da pólis como ela é, entendendo que que eles existem. Essa questão do processo histórico que fez com que a cidade se tornasse o que ela é hoje, não só o Rio de Janeiro, como São Paulo também. Esse processo de imigração de pessoas que vieram ajudar a construir a cidade e que não foram devidamente acolhidas, o que gerou esse processo de desigualdade, esse fosso social que existe e que imputa a um morador favela ser estigmatizado por ele morar na favela. Então todo jovem hoje está na universidade e não precisa mentir dizendo que ele está, ou inventar, que está morando em Bonsucesso, lá pela Praça das Nações. Ele diz que mora no Morro do Timbau, no Parque União. Isso já é uma forma de viver com um certo bem-estar interno. Porque você não precisa fazer essa estratégia de sobrevivência social de você ocultar coisas, que certamente gerava muitas questões internas. E hoje você pode falar, dizer isso com mais propriedade, porque os movimentos internos te fortalecem para você fazer isso, porque antes não existia. Tudo isso aconteceu de você ficar ocultando para não ser discriminado. Então, nesse sentido, esse bem-estar de morar na favela é um dos que mais impacto tem na gente. Mas não estou sozinho, mas junto aos moradores, a partir desse processo histórico, de conhecer sua história, eu acho que é fundamental. Você conhecer sua história é fundamental e aí você vai sentir se você é, como falei, que é subjetivo, mas a gente entende que a partir disso a pessoa tem mais condições de criar esse vínculo

*de acontecimentos e ela criar mecanismos de convivência social, sem precisar, criar estratégias de ocultação do lugar onde ela vive.”(Luiz Antônio, cofundador do Museu da Maré - grifo nosso).*

Essa fala explícita o quanto as narrativas atribuídas a um território periférico e vulnerabilizado podem afetar quem ocupa aquele espaço e o quanto ações propostas pelo Museu da Maré podem tensionar essa narrativa e a apropriação da história, memória do território podem produzir uma relação de saúde, subjetiva e coletivamente.

## 6.6 MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO: MAIS-VALIA CULTURAL E SAÚDE

Durante as entrevistas, foi ficando explícito o papel que a preservação e transmissão da memória da Maré não se caracteriza apenas como um ato de conservação, mas também como forma de resistência e fortalecimento da comunidade e das pessoas que habitam aquele território. Quando perguntadas, as pessoas entrevistadas fazem uma conexão com a saúde no sentido *lato*, ou seja, de maneira ampliada e ressaltam os possíveis efeitos que a preservação e transmissão dessa memória podem produzir.

*“Tem uma questão de empoderar. Tem o tempo do trabalho, lá tem objetos de vários trabalhos diferentes que talvez em si, se você pegar eles fora do contexto, tem um valor. Mas, o que são doações de trabalhadores, que são conhecidos aqui da Maré, que todo mundo ou muitas pessoas conhecem, tem uma importância e o fato que esses objetos têm um lugar para ser vistos. Olha, é mais uma percepção de fora, mas eu acho que isso faz uma grande diferença na valorização do trabalho. **A valorização também do morador que pode chegar aqui, doar objetos e se relacionar com o território, porque é uma troca também.** A pessoa chega, tem encontros, é agregado. E você perguntou também em relação com a saúde, não? Então eu acho que talvez, como posso falar? Acho que também não é uma coisa tão visível como no posto, ‘tenho uma doença, você vai lá, vai se tratar, está curado’ Não. Mas é uma questão muito de empoderamento e acho que faz bem para a pessoa saber de onde ela vem. Ter orgulho desse espaço e desse território. Acho que também faz uma grande diferença. É como você se coloca. Isso é relacionado a saúde, não é? [...]. E acho também que, em geral, as pessoas trocam muito aqui. Então é um espaço onde as pessoas dão conselhos ao outro, abraçam o outro.” (PNI - grifo nosso).*

*“Quando ela [a pessoa que vai visitar o museu] chega aqui, ela vê que é a história dela que ela vê, que vem a memória, que ela vê que aquilo é valorizado, que ela vê que aquilo é a história, né? Que eles, que nós não estamos à parte, que a gente faz parte... Eu acho que isso dá um... como é que eu falo... traz um sentimento bom, **traz algo alegre**, traz algo que, ‘poxa, não foi em vão aquilo que aconteceu.’ Então eu acho que isso, o sentimento de **alegria**, é um sentimento que te faz bem e o que te faz bem te promove saúde. Eu pelo menos acho isso, que se você tem, tem sentimentos bons, se você tem coisas boas, isso é saúde para você. Agora eu fico imaginando uma pessoa que vive eternamente bombardeada por questões de que ‘a vocês não, vocês são isso, vocês são aquilo, vocês estão à margem’ sabe? Aquilo é algo negativo e o que é negativo com certeza vai te prejudicar em algum momento. Vai prejudicar a sua saúde.” (PNI - grifo nosso)*

*“Valorização do território e o pertencimento. Eu acho que isso promove, sabe? Te dá, que é aquela coisa da autoestima. A questão de saída, é por que, de novo, as pessoas têm na cabeça que a saúde é a saúde física que você é um machucado e você isso e você aquilo, mas a saúde, ela está dentro. Ela engloba tudo, a tua saúde, o teu bem-estar. Isso promove saúde, né? Até para você chegar lá. Se você está bem consigo mesmo, você vai demorar muito para acessar o serviço de saúde. Mas se você não está bem, se o teu, o teu envolvimento, o teu pertencimento, teu entendimento de cultura... Se você não tem acesso a isso, qualquer coisa vai te deixar fora da rota, né? [...] Eu percebo isso que, de fato, você trabalhar essa autoestima do morador, trabalhar esse pertencimento do morador, **dizer que ele faz parte, que ele não é a margem, saber que ele tem essa possibilidade, que ele tem que sair desse lugar e buscar seu patrimônio cultural**, seu bem-estar social, isso que eu percebo. [...] Eu achei que foi importante, porque trabalhar com memória é uma coisa muito séria, muito importante. Essa coisa de entender sobre si mesmo, de refletir sobre a sua realidade, às vezes, com o cotidiano a gente é muito engolido e não tem nem tempo de pensar sobre quem a gente é, qual a importância que teve a vinda dos nossos*

*avós do Nordeste pra cá e como é que era. Quais os empregos que o pai, a mãe ocupou. Como é que era a educação e tal.” (PNI - grifo nosso).*

A Maré passou e passa por um processo constante de violência estatal e apagamento social e cultural, tendo seus valores subjugados a partir da lógica capitalista colonial. Esse processo atravessa diretamente a subjetividade dos moradores, que muitas vezes, podem se encontrar omitindo o lugar onde mora, ou evitando que este tema venha à tona. A disputa de narrativa, o tensionamento provocado por narrativas contra-hegemônicas, desloca a hegemonia de uma única história e um sentido único para a polifonia de vozes que narram histórias e memórias daquele território e que têm a potência de produzir outros sentidos e a apropriação da história e memória desse território pelas pessoas que circulam naquele espaço.

*“O maior compromisso que a gente tem é com a memória. E a gente sabe que dentro do processo de escravidão no Brasil, muitos documentos foram apagados. A gente tem ali no século XIX, o processo de higienização dos povos pretos e indígenas. Então, o museu, ele tem um compromisso com a sua comunidade para deixar que essa memória não se perca e não seja contada por olhos e bocas exteriores. É sobre a ideia do pertencimento, do espaço. A gente tá aqui, a gente vive isso aqui. E a gente sabe por quê é importante contar essa história. Porque é uma história que parte da luta, que parte da resistência, que parte da construção dessas moradias, que é coletiva. A casa de palafita é um símbolo muito emblemático de luta, de resistência, sabe? Os moradores criaram suas próprias casas sobre as águas. Então é por isso que o Museu da Maré é lindo. Ele é importante. Ele é importante para que a memória não se perca e para que nós sejamos protagonistas dessas histórias. [...] E é porque é isso, né? E vamos pensar num grupo, numa comunidade em que a sua memória vem sendo apagada para as próximas gerações. Para as próximas gerações a memória e a cultura, as tradições, os saberes daquela comunidade se perderam. É uma comunidade que não tem uma memória desse território. E quando, eu acho, que a gente se perde, sabe, a gente não tem norte. A gente não sabe de onde a gente veio e a gente não sabe pra onde a gente vai. Então parece que é um que é um presente meio incerto. E aí quando a gente produz essa memória... eu mesmo, por exemplo, posso falar de um tema, de uma convivência, de uma de uma vivência particular minha que antigamente, no ensino médio, eu fiz ensino médio técnico no CEFET e aí eu comecei a lidar com uma outra galera e conseqüentemente, me veio a vergonha de dizer onde eu moro. E era um processo que eu estava... nesse processo de pertencimento, que eu estava nesse processo de descoberta no Museu da Maré e em contato com essa memória. Então, até então ‘você mora onde? Moro em Bonsucesso’, que é o bairro que é aceitável, que é mais próximo da Maré. Então, a partir do momento em que eu conheço essa história, que eu sei que essa história ela parte da resistência, que ela parte da luta, eu tô produzindo sim, uma saúde a partir da memória. Porque eu tenho pertencimento desse espaço. Então não vou deixar que as pessoas digam que é, como a mídia fala, que aqui é um bunker de marginais, né? A gente, no último censo, a gente tinha cerca de 140.000 habitantes. Nossa, se tem um bunker, quanto traficante tem aqui nesse espaço, né? Então, não é isso. Isso te fortalece, você criar uma apropriação dessa narrativa e você entende. Não, eu moro na Maré e na Maré tem coisa bacana pra caramba! Eu faço parte disso. Então, quando se tem apropriação dessa memória e desse conhecimento, de onde se vem, as coisas ficam muito mais claras para onde se quer ir. **Tem um, tem uma simbologia dentro da filosofia, não vou saber dizer de qual povo agora, que é o Sankofa, sabe? Já ouviu falar? Que é uma galinha em que ela anda para frente e ela olha para trás, que é justamente a tradução de: eu preciso andar em frente, eu preciso viver esse presente, né, ir para essa utopia que é o futuro, mas eu não posso esquecer de olhar para o meu passado. Eu não posso esquecer de quem veio antes de mim, quem construiu esse chão. Se a gente for partir de uma de uma filosofia africana, estar em comunidade é produzir saúde, né? E aí, sobretudo, é estar em comunidade, em identificação com o outro.” (Matheus Frazão, arte-educador no Museu da Maré - grifo nosso)***

*“E aí a preocupação que a gente teve era justamente essa, das mulheres mães, a maioria mães negras, ou seja, atendendo justamente o público [público para o grupo terapêutico desenvolvido pela entrevistada e outras profissionais da saúde] voltado mesmo pro território em que a gente está inserido. Eu moro aqui, mas as outras meninas não moram, mas conhecem o espaço, conhecem o território porque já trabalharam e trabalham por aqui. Então, essa foi a preocupação. E aí, durante o grupo terapêutico, eu perguntava de onde elas vinham, se sempre moraram aqui, como é que é a história de vida delas. Pra conhecer um pouco mais, também de como lidar com o grupo, se era um grupo homogêneo, se era um grupo heterogêneo, como é que ia ser e tal. E todas elas moravam aqui na Maré realmente, mas elas não conheciam o museu. E aí eu falei assim: ‘mas vocês conhecem a história*



da Maré?’ E aí alguns conheciam e tinham feito parte da história da construção do que é a maré hoje e outras não. E a gente teve essa troca. ‘Quem fez parte da história? Conta um pouco de como era?’ E as outras que eram novatas, falaram um pouco de como elas idealizavam e como era a realidade. E depois de fazer esse trabalho, eu falei: ‘Eu vou levar vocês lá para conhecer o espaço. Vocês topam?’ ‘Topamos.’ Ficaram animadas. A gente marcou um dia que seria o dia do grupo acontecer, porque eu sabia que era um dia que elas já tinham aquele compromisso. Poderia acontecer imprevisto, mas era um horário que elas estariam ali semanalmente, então não corria risco de repente não poder. E aí eu trouxe elas e marquei com elas aqui na porta. Eu trouxe e apresentei o espaço e aí elas conheceram a exposição. E foi muito emocionante, porque assim acho que fizeram parte da história, se foram vendo a exposição e se emocionaram e aí contaram como é que tinha sido: ‘Eu estava aqui nessa época e foi assim mesmo que aconteceu’. E aqui no museu a gente tem uma réplica de uma das casas. E aí, eu acho, as que aqui fizeram parte dessa época, começaram a chorar: ‘nossa, era assim mesmo!’ ‘Eu lembro da minha casa que era assim, a casa dos meus avós.’ Então foi uma coisa bem marcante pra gente. E foi interessante porque além delas trazerem esse histórico, esse discurso de uma memória afetiva, da memória que elas tiveram, elas abriram portas. Porque, depois disso elas falam assim: ‘não, agora que a gente sabe que a nossa história está aqui, eu vou trazer outras pessoas para conhecerem também.’ E a partir disso, toda vez que tem algum evento aqui no museu que eu venho, eu sempre encontro uma ou duas e aí elas já trazem outras pessoas: ‘não, olha quem eu trouxe, foram pra conhecer a exposição.’ É muito bacana ver que algo que é nosso, que foi construído aqui, foi conquistado, sendo disseminado assim, porque infelizmente é o que eu falei. Muitas pessoas conhecem o museu pela fachada, mas nunca entram. E é algo do próprio museu [enquanto instituição], que o museu está fazendo e que não está chegando a outras pessoas, não, mas no sentido de que às vezes as outras pessoas simplesmente olham assim: ‘ah, é um museu, um museu de coisas velhas, coisas do passado.’ Mas não se atenta que o museu pode trazer também. Então, é meio que contradição. Algo que a gente conquista, algo que a gente comemora, mas é algo que ainda muita gente não tem conhecimento de existir.

[...] E aí elas vieram, a gente formou em grupos e foi uma visita primeiramente guiada com a Leonice [trabalhadora do Museu] e depois foi com aberto para que cada uma explorasse cada cantinho. E foram acho que cinco mulheres vieram, se não me engano, do grupo terapêutico, mais algumas pessoas de fora que elas trouxeram. E aí, conforme ia passando o histórico, elas iam trazendo relatos delas mesmo, né? Primeiro que elas tinham uma ideia de museu idealizado, que é aquela coisa de você ir até o museu, um museu que as escolas falavam, o Museu de Petrópolis. Vamos no museu, então. As crianças têm um ideal de museu, chegam lá, conhecem o museu, levam esse relato pra casa. Então elas tinham uma idealização de museu como aquele museu que as crianças veem na escola. E quando elas chegaram aqui, foi: ‘como assim não é o museu, não é esse tipo de museu?’ Então elas já tiveram um primeiro impacto ali. E aí, quando elas foram vendo as fotografias, os objetos, contando a história, porque essa exposição era dividida em 12 tempos. E tem a parte que os nordestinos chegam lá e tem os objetos lá, as malas, os objetos das profissões. Um cabeleireiro, uma barbearia, sapateiro. Tem as feiras, as festas, as religiões. Então, assim elas foram se identificando em cada espaço. Ali, primeiro, quando a partir dos nordestinos, elas trouxeram muitos relatos assim dos pais, dos avós, que muitas delas, os pais dos avós, vieram realmente do norte Nordeste pra cá, por melhores condições de vida e formaram famílias aqui. Então elas foram trazendo suas histórias mesmo. E aí, quando elas viram as fotos da maré de como era, elas começaram a fazer uma comparação com o que é hoje, o que melhorou, o que não melhorou, o que ainda continua a ter. A palafita, a réplica da casinha em palafita, como eu disse, elas ficaram maravilhadas, por ser uma réplica fiel, não é uma coisa de maquete. É uma réplica mesmo de como era. Então elas sentiram ali um pouco como é que é estar, fazer parte daquilo ali e reviver. Alguns reviveram realmente, porque elas tiveram o histórico e falaram como era. E acho que as que não tiveram puderam conhecer e sentir um pouco de como foi, de como é participar daquele espaço, se sentir pertencente àquele local, aquela história. Então, foi bem bacana poder despertar isso nelas e trazer um pouco tanto da memória afetiva quanto essa troca mesmo de histórias de quem fez parte da construção de quem esteve presente durante essa evolução e de quem está chegando agora e não conhecia a história. Foi uma troca entre elas e a devolutiva foi muito bacana. Como eu disse, elas se encantaram e eu acho que é válido, porque assim elas se sentem pertencentes do território. ‘Olha, eu faço parte da história da Maré.’ Eu acho que isso é mais importante. Porque, às vezes, você mora, mas você não se sente pertencente ao território. Então o museu, ele tem muito esse papel de trazer exposições, principalmente essa fixa, de mostrar que a pessoa é moradora da Maré e ela faz parte dessa construção. Aquela ali é uma parte da história, mas a história continua e que agora, no presente, ela continua fazendo parte. Então acho que a história não é só o que passou, mas é o que vem acontecendo também no presente. Então, quando eu trago essas mulheres pra cá e mostro para elas essa história, eu acho que é isso de mostrar para elas que: ‘olha, vocês pertencem a esse lugar, pertencem à história desse lugar que fizeram parte no passado, continuam fazendo parte agora e vão continuar fazendo com seus filhos e netos.’ Então eu acho que o papel do museu ele cumpre muito é esse de fazer, elas se identificarem com o território e mostrar que elas realmente fazem parte dessa história.” (Vanessa, psicóloga, moradora da Maré).

“A gente participa de uma rede do Estado do Rio, que é a rede de museologia social, que justamente trabalha em vários lugares do Rio de Janeiro, não só aqui na capital, mas vários lugares, com essa memória popular, a preservação dos patrimônios, das comunidades. E isso também se amplia porque a gente tem contato com pessoas de outros lugares, como, por exemplo, a rede de museus indígenas, que é uma rede também, que tem uma dinâmica muito importante, a rede do pessoal de terreiro. Então a gente trabalha nessa perspectiva de uma museologia, que é uma museologia para a vida, a partir da realidade das comunidades, sejam elas da favela, das populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas. Comunidades que podem nem estar ligadas por um território como são, por exemplo, a rede de museologia LGBTQIA+. Então, assim a gente trabalha com essa perspectiva de que as lutas populares, os patrimônios da população, as memórias, precisam ser preservadas e precisam ser divulgadas, é uma forma de preservar e divulgar. Então, divulgar, registrar e divulgar para não cair no esquecimento, para que isso também faça parte, cada vez mais, do que se chama história do Brasil. Então, a história do Brasil não pode ser empobrecida com a visão apenas de um grupo. Então, assim, ‘o que é a história do Brasil? Ah, eu vou no Museu Imperial, vou ver’. Não, ali está uma parcela é que é uma parcela, inclusive, do opressor. Porque você entra lá pra ver coisa de escravizado lá dentro, tu vai ver. E isso é de uma perspectiva talvez até ruim, que é talvez de instrumentos de tortura. Não sei, eu nem lembro. Já fui lá, nem lembro mais como tá. E pensar que o Museu da Maré tem um papel importante porque ele foi, digamos, um [museu] dentro das favelas, um dos primeiros museus a ser criado, pensado, desejado, criado pela população. E apesar de ter recursos públicos, porque a gente participou de editais, a gente não é um museu do poder público, a gente é um museu público, no sentido de que a gente é aberto e dialoga com a comunidade. Mas o museu é de interesse público. É um museu que não tem recursos diretos do poder público e por isso a gente é mantido aqui basicamente por quem está aqui no dia a dia. Então é um museu criado a partir da vontade, do desejo da comunidade, mantido por essa comunidade. Ah, as histórias.... Ter um arquivo aqui também que guarda essa memória em documentos, trazendo toda essa trajetória de luta dessa população para se manter aqui e divulgar isso e dialogar com pessoas de vários lugares, diferentes lugares. Sobre essa perspectiva de que o nosso patrimônio não é menor, ele pode não ter o valor comercial que outros patrimônios têm. Assim, ninguém vai dizer que o coração, [de Dom Pedro I que veio ao Brasil para o bicentenário da independência do Brasil com relação à Portugal], tudo bem o coração de que tenha um seguro altíssimo foi vem de Portugal para cá, a gente não vai ter aqui ao pente quente que era usado para alisar o cabelo. Mas o pente quente traz muitas histórias, histórias de opressão e afetivas também, porque essas coisas se misturam. Então esse pente quente a gente não vai fazer um seguro altíssimo pra ele ir pra lugar nenhum. Mas o fato dele não ter esse mesmo valor econômico capitalista, tem um valor simbólico. Esse valor simbólico é que a gente quer colocar, quer discutir de igual para igual. Então, assim, a coroa lá de Dom Pedro pode ser considerada de um valor num valor econômico maior do que qualquer objeto daqui do museu, que todos os objetos juntos. Mas isso falando numa questão e pensando numa perspectiva econômica, agora, simbólica, não. Nós dialogamos de igual pra igual. Aquela coroa não é mais importante do que o pente quente que está aqui ou do que a panela que está aqui. São patrimônios diferentes e que, inclusive, entram em conflito, vai depender da narrativa. Mas é importante. O lugar do museu é o lugar do diálogo, é o lugar do conflito também da gente expor. Porque existe o poder e você vai ter conflito em algum momento. Nem sempre o diálogo vai ser satisfatório. A gente vai ter que entrar na disputa de narrativas, mas isso só foi possível com a criação do museu, porque aí a gente tem um lugar onde isso se cria e onde a gente pode gerar essas possibilidades de diálogo, de conflitos. E é isso, tornar isso público, para além de círculos muito restritos. Então, hoje muitas, muitas pessoas falam da Maré, contam a história da Maré e falo: ‘isso é ótimo’, porque isso é um reconhecimento, inclusive várias provas de Enem, de vestibular da UERJ, utilizaram o acervo do Museu da Maré, livros didáticos que e paradidáticos, que as editoras entram em contato pedindo autorização pra usar o acervo. Então, isso é um reconhecimento de que, de fato, essa história é importante e ela está aí no cenário cultural para gerar o diálogo, mas que o diálogo não elimina o conflito e é bom que ele exista, porque, é isso, a gente não está vivendo no país perfeito, num lugar perfeito. E a gente também tem que se impor, porque o nosso patrimônio, as nossas memórias, nossas histórias, foram sempre marginalizadas. Então, a partir do momento que a gente se coloca como ator, atores, agentes, construtores dessa história nacional, digamos, isso não vai ser bem aceito. Então vai ter conflito. Mas é bom que aí a gente tem como e como enfrentar esses conflitos. A gente tem acervo, a gente tem memória, a gente tem história, a gente tem isso aqui no arquivo, a gente tem como criar subsídios teóricos para estar nesse campo, mas estou falando de conflitos nesse campo, porque se for no campo concreto do físico, aí não, por favor. [...]

E como as pessoas se empoderam a partir da sua história? A gente tem educação de jovens e adultos aqui do outro lado, SEJA maré que isso acontece sempre quando eles vêm visitar e eles ficam aqui contando suas histórias. E eles são os guias da exposição. E eles mostram o orgulho de contar essa história e o quanto isso tem um impacto positivo na vida deles. A gente teve um caso de educação também de jovens e adultos, na alfabetização lá da Fiocruz, da UFRJ, de terceirizados que fazem lá e muitos terceirizados são moradores da Maré. Os professores traziam as turmas aqui. E aí teve um ano que veio aqui uma turma que um senhor, ele quando entrou e aí foi perguntado, porque a Marli, inclusive, que estava fazendo a visita guiada, ela começou a falar sobre a exposição, e ele começou a falar detalhes e começou a falar ‘isso aqui não sei o quê’. E aí a Marli percebeu que os professores

*acharam aquilo estranho e ficaram meio assim... mas ela não entendeu na hora. Depois que eles foram falar que ele estava na turma de alfabetização, que ele entrou sem saber ler e escrever nada, que estava num processo ainda de aprendizagem e tal, e que ele, na turma, não falava nada dentro da sala de aula, nada, nunca falava. Porque a Educação de Jovens Adultos trabalha com questão também do debate, da fala, da expressão, da oralidade. Ele nunca falava e eles ficaram super admirados, como é que ele se soltou aqui, como é que ele tinha coisa pra compartilhar que eles não sabiam. Então ela disse que depois disso até mandou um e-mail depois para a gente falando como ele mudou na sala de aula, como ele já passou a ser uma pessoa participativa, falante, isso tem um impacto sobre a vida da pessoa. Saber que ela tem a história dela ali preservada, que aquilo tem uma importância, que está vindo gente de vários lugares visitar. Isso eu acho que tem esse impacto, que impacta a autoestima da pessoa e, conseqüentemente, a forma como ela se vê. E eu acho que isso tem um impacto incrível sobre a saúde mental, sobre o corpo mesmo, da pessoa que tende a somatizar tudo isso, né?” (Claudia Rose, cofundadora e coordenadora do Museu da Maré - grifo nosso).*

Nesta última fala, Cláudia menciona a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, a REMUS, a qual o Museu da Maré integra. Criada em 2008 e retomada em 2013, a rede tem como base a troca entre entidades públicas, acadêmicas, projetos e instituições culturais que ensejam construção de narrativas críticas da história, memória e expressões culturais de povos, comunidades, grupos e movimentos sociais do estado (Silva; Januário, 2014).

Com essas falas, pudemos observar relatos de pessoas de dentro e fora do Museu da Maré que puderam se apropriar de parte da sua história e reconhecer o valor que aquilo reflete para cada um e para o coletivo. Essa apropriação não acontece sem que haja uma rachadura na narrativa hegemônica, dentro de um campo de disputa, para que outras linhas de fuga possam existir e outros modos de ser e estar no mundo possam ser criados.

## 6.7 TECENDO CONEXÕES ENTRE O CAMPO DA SAÚDE COLETIVA E O CAMPO CULTURAL

Durante as entrevistas, foi possível tecer conexões entre o campo da saúde coletiva e o campo da cultura. Os entrevistados também apontaram algumas críticas e ausências, assim como encontramos na literatura. No trabalho de campo, observamos tanto aproximações concretas com as parcerias, quanto aproximações com relação às ideias, com a museologia social e apontamos como catalisador dessas conexões o entendimento ampliado e complexo do que é saúde.

*“Eu acho que isso essencialmente já é uma característica do museu, de um museu sensível, entende? Eu acho que a produção cultural, produção de lazer, atividades que fogem da ideia do trabalho. Eu acho que ela é produção, saúde, porque se você está num ônibus, você chega cansado e você não faz nada além de trabalhar, você adocece. Eu acho que é essencialmente uma característica do museu produzir saúde. [...] Porque eu acho que a saúde, ela é holística, ela é preventiva. Então, tipo assim, a gente tem que evitar que a pessoa adoça. Então, é importante que você tenha acesso ao conhecimento. Aqui a gente tem roda de conversa em relação a tudo. Eu acho que esse é essencialmente um museu como espaço de cultura, como um espaço de lazer, como espaço de acesso a debate, construções de acesso à informação. É extremamente importante para o estabelecimento da saúde total no sentido mais global daquela pessoa, né? [...] A gente também tem parceria com a Escola Bahia [escola próxima ao Museu da Maré], a Escola Bahia vem pra cá. Toda vez que tem peça, a gente faz a atividade também de trazer a turma da Escola Bahia para fazer para eles assistirem, a gente também faz atividades com o EJA [educação de jovens e adultos] da maré, que tem aqui na esquina, seja de fora. [...] Então é uma relação de longa data, uma relação*

de parcerias. Tem o Augusto Boal é um posto de saúde que tem aqui do lado. Então, essa é a parceria sempre mais difícil de ser feita. Várias TOs [terapeutas ocupacionais] já tentaram fazer atividade aqui, mas é muito difícil eles terem continuidade, porque eu acho que trabalhar lá pode ser muito caótico, é difícil você ter uma rotina, as demandas são outras. Então, ter uma rotina ali é mais difícil, mas a gente também faz parceria com eles, mediação com agentes de saúde, eles também trazem grupos às vezes. [...] Quando teve a mesa de Santiago do Chile de 72, eles lançaram na Museologia Social uma ideia de um outro museu, que é um museu voltado para o território, um museu comunitário, um museu que não necessariamente ele vai ter grandes artefatos, coisas, objetos ou um espaço físico necessariamente. Então esse museu seria um museu social, um museu comunitário. Só que o Museu da Maré, ele tem um espaço físico. Ele tem o edifício, ele tem acervo, ele tem objetos e tem reserva técnica. Então ele tem características basicamente de um museu tradicional. Só que ele é um museu comunitário. Primeiro porque ele fala de objetos da comunidade local, ele trabalha com uma micro-história. Vamos colocar assim uma narrativa mais local.” (Adrielly, trabalhadora do educativo do Museu da Maré).

**“Então a gente vê o trabalho que a gente realiza como um trabalho que ele contribui diretamente para a produção de saúde, porque a gente entende saúde de uma forma muito mais ampla do que a nossa ausência de doenças. Então, você valorizar a identidade das pessoas, as identificações, as pessoas se identificarem com suas histórias, as pessoas se sentirem importantes, porque elas têm uma história a compartilhar. Isso é algo que tem a ver com o nosso trabalho. Porque se eu vejo que antes as pessoas tinham memórias e patrimônios que elas compartilhavam entre elas, nos seus grupos mais familiares, amigos, círculos mais estreitos e com a criação da rede memória e, depois com a ampliação do trabalho com o Museu da Maré, isso ganhou (o) mundo.”** (Claudia Rose, cofundadora e diretora do Museu da Maré - grifo nosso).

“Teve uma pesquisadora da Fiocruz que ela mandou um formulário para a gente numa época falando sobre saúde integral e tudo mais. E na época eu fiquei assim ‘Gente, eu não sei, a gente não é um espaço de saúde’, eu não pensava a saúde dessa forma, integrada e mais ampla. [...]” (Matheus Frazão, arte-educador no Museu da Maré)

“Quando a gente fala de saúde e as pessoas realmente ligam a questão do contrário de doença. Eu não estou sentindo nada, então eu estou saudável. E a gente vê hoje em dia que **saúde implica numa coisa muito maior, implica em você ter o direito de ter onde morar, se tem comida na mesa, os seus direitos garantidos.**” (Vanessa, psicóloga, moradora da Maré - grifo nosso).

“Eu fico pensando e tem muito a ver, que faz sentido, o que eu vou dizer. Por exemplo, algo tão próximo nosso que é a Fiocruz, a própria Fiocruz, que para mim é um espaço rico. E é um espaço que muitos da comunidade nunca entraram. Por quê? Porque pra comunidade é um lugar que eles não podem ir, que eles não podem frequentar. E aquilo ali é um espaço maravilhoso. Ali é um passeio cultural também, porque tem muita coisa e tem muita história ali, tem museu, olha só, tem um palácio, tem uma biblioteca, é um corredor ali, é um corredor cultural para a comunidade, né? Mas tem gente que nem sabe. ‘Ali não, ali é uma coisa que, meu Deus, não pode.’ Então sabe, é uma coisa que está muito próxima da gente, né? Isso precisa mudar, isso precisa mudar!” (PNI).

Essas falas apontam para a complexidade de como a aproximação entre esses campos ainda é um desafio. Podemos detectar diversas barreiras, como as barreiras subjetivas, como quando um morador da favela não se sente autorizado a acessar um espaço cultural próximo de seu bairro, ou não tem acesso à informação de que ali existe um espaço como este, como no exemplo Maré-Fiocruz e, também, as barreiras políticas, onde faltam políticas públicas que, de fato, garantam a famigerada intersetorialidade de maneira sólida.

Ainda assim, encontramos na saúde enquanto prática normativa uma possível saída. O Museu da Maré também é um lugar de sonho, de possibilidades de sonhar, sonhar no sentido de sideração, de lugar que rompe com a lógica hegemônica e faz outros possíveis poderem devir.

“Se você dá um suspiro, você pode alimentar sonhos que talvez tenham se perdido diante da realidade, se você mostrar possibilidades para outras pessoas e falar ‘olha, a gente está aqui’, a gente não precisa simplesmente acatar. Pode mudar.” (Vanessa, psicóloga, moradora da Maré).

## 6.8 O FIO DA PALAVRA: COSTURANDO NARRATIVAS A PARTIR DA RODA DE CONVERSA SAÚDE, TERRITÓRIO E ESPAÇOS CULTURAIS

Realizamos a roda de conversa “Saúde, território e espaços culturais” dia 29 de março de 2013, no Museu da Maré. Produzimos um cartaz para divulgação postado em grupos de aplicativos de mensagens e nas redes sociais. Mesmo com a divulgação, tivemos um esvaziamento na atividade. Algumas hipóteses para compreender o pouco aparecimento das pessoas foram formuladas: divulgação insuficiente, dia e horário inadequados. A roda foi realizada num dia de semana no início da tarde, horário comercial, onde boa parte das pessoas costumam estar trabalhando.

Figura 12 - Cartaz de divulgação da roda de conversa



Fonte: acervo pessoal

Contamos com a participação de três mulheres, maiores de dezoito anos, além do pesquisador e sua orientadora. A roda aconteceu no Tempo da Água, no galpão da exposição principal do museu, numa tarde tranquila de quarta-feira. A roda de conversa foi inspirada no conteúdo das entrevistas, sendo organizada em três partes, tendo como fio condutor a palavra. O ato de falar, como ressaltado nas entrevistas, foi o seu principal objetivo, assim como a produção da polifonia dos discursos acerca da temática proposta. O que as participantes tinham para dizer sobre saúde, território e cultura? Na primeira parte, realizamos o acolhimento, nos apresentamos e solicitamos que dissessem, em uma palavra, a expectativa do encontro e como

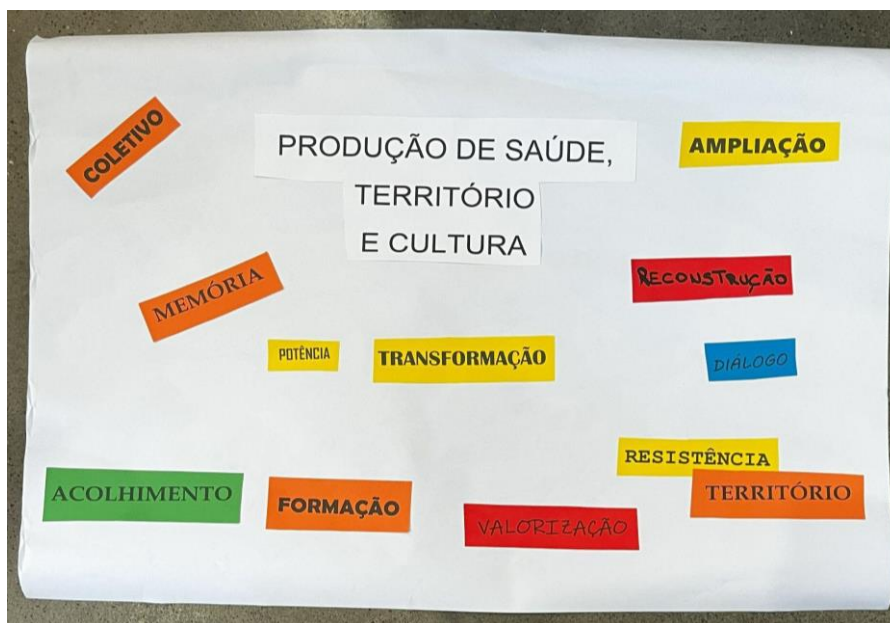
chegaram até ali. No segundo momento, o desenvolvimento da roda, propusemos uma dinâmica. Apresentamos alguns recortes de papel com palavras escritas dispostos num cesto, além de caneta piloto, tiras de papel em branco e uma cartolina. A proposta foi que cada uma escolhesse uma ou duas palavras disponíveis, ou escrevessem novas palavras utilizando os papéis e a caneta - para expressar o tema da roda. As palavras, disparadoras da conversa, conforme enunciadas permitiam a expressam de como nos afetavam. Posteriormente essas palavras foram coladas na cartolina (figura 12).

Figura 13 - Roda de conversa



Fonte: acervo pessoal

Figura 14 - Cartaz produzido durante a roda de conversa



Fonte: acervo pessoal

Coletivo, ampliação, memória, potência, transformação, reconstrução, diálogo, acolhimento, formação, valorização, resistência e território. Essas foram as palavras escolhidas e que formaram uma rede de sentidos produzido na atividade. Compartilhamos a escuta e também compartilhamos as palavras e os sentidos que aquele espaço produz em nós. Notei que todas sentiram-se confortáveis para falar, mesmo quando, no início, havia uma certa tensão. Para encerrar a roda, seguindo o fio da palavra, propusemos que cada uma dissesse uma palavra com a qual saía daquele encontro e partimos para o *café com bolo*, onde continuamos costurando mais fios da conversa. Apesar de pequena, a roda foi muito gratificante, fazendo circular ideias, sentimentos e afetos.

No dia da roda de conversa estava muito apreensivo, apreensivo se haveria participantes, se havia esquecido alguma coisa, apreensivo com a correria e com o deslocamento. Esse percurso, desde sua concepção até o seu fim, foi como uma longa caminhada pela cidade, uma caminhada em que as ideias foram se conectando e ao final chegamos em algum canto novo que não havíamos estado até então, pelos desvios que tomamos no caminho. Com as devidas proporções, creio que o objetivo de fazer circular os discursos sobre a temática foi alcançado. Considerado, dessa forma, como é formato da roda, circular, é potente para trocas de experiências e construção de novas possibilidades de sentir e agir.

## 6.9 DIÁLOGOS POSSÍVEIS: OUTRAS EXPERIÊNCIAS EM MUSEOLOGIA SOCIAL

A fim de expandir a discussão acerca da saúde, espaços culturais e território, optamos por apresentar outras experiências encontradas na literatura científica a partir da Museologia Social no Brasil. Argumentamos que esta perspectiva abre espaço no campo da museologia para a valorização de narrativas contra-hegemônicas, visibilizando outros modos de estar e conhecer o mundo e abrindo brechas para experimentar encontros nos espaços culturais e inventar outras formas de viver.

Na Região Norte do país encontramos o estudo de Pereira (2015), que aproxima a sociologia das ausências de Boaventura com a Museologia Social e exemplifica esta aproximação através do Ecomuseu da Amazônia, que trabalha com a memória das ilhas de Cotijuba, Caratateua e Mosqueiro, no Pará, o Centro de Pesquisas Museológicas – Museu Sacaca no Amapá, que tem como objetivo a valorização dos modos de fazer das comunidades locais, a Casa Chico Mendes no Acre, que surge como instrumento de luta dos movimentos sociais a favor da floresta e da sua manutenção respeitosa e o Museu Magüta, em Benjamin Constant (Amazonas), que surge como movimento de valorização e resistência do povo indígena Tikuna.

No Nordeste, Tolentino (2023) aponta alguns exemplos na Paraíba, com destaque para o Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo, no litoral sul da Paraíba, o Museu Quilombola do Ipiranga, nas imediações de Vale do Gramame (também sul da Paraíba), Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa, que não possui sede física e atua com comunidades em áreas de risco e vulnerabilidade social na capital do estado e, por fim, o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, na comunidade tradicional Barra de Antas na zona rural de Sapé, cidade da Paraíba.

Durante a pandemia de 2020, Alonso e Souza (2023) localizaram duas experiências de museus comunitários no estado do Rio de Janeiro e suas estratégias de enfrentamento a esta emergência sanitária. Os autores apresentaram o Museu Vivo do São Bento, em Duque de Caxias, e o Museu das Remoções, na Vila Autódromo, atual Parque Olímpico, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, junto com seus respectivos inventários.

Além das experiências de museus comunitários, também pudemos encontrar práticas que atravessam o campo da Museologia Social e colaboram com o diálogo com a saúde e o território. Silva e Júnior (2021) discutem como a perspectiva da Museologia Social pode ser utilizada por museus que não necessariamente se fundam neste campo, como o Museu dos Dinossauros, em Uberaba, Minas Gerais, para se aproximar das comunidades locais e compartilhar território, saberes e memórias. Já Pereira (2017) expõe como a Museologia Social



pode ser utilizada como ferramenta de apropriação e legitimação local da memória a partir do caso da Casa da Memória Viva de Ceilândia, Distrito Federal.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma tomada por esse trabalho decorre dos desvios feitos em seu percurso. A atenção ao processo de pesquisar modulou a própria pesquisa de modo a criar espaços para que do concreto mundo pudesse penetrar as ideias e produzir daí algumas junções e alguns afastamentos.

Encontramos no campo empírico a complexidade do conceito de saúde e sua polifonia, fortalecendo aquilo que Canguilhem (2005) aponta como a saúde, que não pode ser medida por números, uma saúde livre, não contabilizada. Além disso, a divisão da cidade em zonas que são consideradas civis e incivis tem impacto direto nas populações que habitam esses espaços. Quando pensamos a mais-valia cultural em articulação ao referencial decolonial depreendemos o papel fundamental desempenhado pela disputa de narrativas acerca da cultura de um determinado território, principalmente, como modo de desestabilizar modos de ser e estar dominantes e produzir outros possíveis dentro e fora das narrativas hegemônicas. Esse campo nos contou o quanto a atribuição de valor, a valorização, da memória local é peça chave nesse processo de disputa. Os movimentos sociais e atores locais imbuídos da memória do seu território e da história à qual pertencem tiveram um papel estratégico na produção e polinização dessa valorização no caso do Museu da Maré.

Reconhecemos no trabalho do Museu da Maré a dinâmica da museologia social como aliada na ampliação do debate e das práticas de produção de saúde desses espaços culturais. Para a realização do trabalho de campo, apontamos os benefícios indiretos da pesquisa que estariam relacionados a possibilidades, individuais e coletivas, de elaboração e transformação subjetivas - principalmente no que tange à apropriação da memória do território e no alargamento da compreensão da saúde. Nesse caso, pudemos construir a possibilidade de expansão desse território existencial.

No entanto, ressaltamos que não são todos os espaços culturais ou museus que produzem saúde. À luz do referencial teórico decolonial observamos que há uma intencionalidade na construção e criação destes espaços e, concomitantemente, que museus também podem ser instituições de produção de adoecimento, principalmente, quando consideramos o passado colonial e a função dos museus e espaços culturais neste contexto, que contribuíram e podem continuar a contribuir para a manutenção e reforço das linhas abissais.

Apontamos aqui, como no decorrer da pesquisa, o afastamento da discussão inicial sobre o conceito de cultura, para nos valer da mais-valia cultural, afinada com os achados empíricos e com os outros autores adotados no estudo. Também ressaltamos a pouca quantidade de

estudos na saúde coletiva que dialogasse diretamente com o presente trabalho, sendo a maior parte dos achados direcionados à área da saúde mental ou arte-terapia, que não compuseram o escopo teórico aqui proposto. Apresentamos outras reflexões no campo da Museologia Social de experiências e práticas que dialogam com o presente trabalho e que podem se beneficiar da perspectiva desenvolvida no campo da saúde. Encontramos, todavia, alguns trabalhos que apontam para a maior necessidade de práticas e políticas intersetoriais entre a saúde e a cultura e endossamos essa posição.

Do mesmo modo, encontramos algumas limitações nesse percurso. A maior delas foi o curto tempo do mestrado, principalmente em face às burocracias e trâmites acadêmicos. Dada a limitação temporal, assinalamos que algumas discussões poderiam ter sido melhor exploradas, como a própria discussão acerca da museologia social, história e memória. Reiteramos que, com mais tempo disponível, a análise poderia ter ganhado mais consistências a partir do cruzamento entre as categorias criadas e outras literaturas não abordadas por este estudo, bem como uma discussão com outros projetos que dialogam com a experiência aqui apresentada. Também indicamos, além do período pandêmico, a intervenção violenta do estado no território da Maré como fator limitador, levando, por vezes, ao adiamento e suspensão das atividades de campo.

Acreditamos que o estudo pode contribuir para um maior diálogo do campo da saúde coletiva com o campo da cultura. Com relação ao primeiro, reiteramos que espaços culturais têm o potencial de produzir e promover saúde, bem como atuar como espaços de prevenção no território, ou seja, pudemos notar que o Museu da Maré é um aliado potente na produção da saúde e prevenção daquele território. Junto a isso, outra contribuição ao campo da saúde dá-se pelo avanço na discussão teórica interdisciplinar, expandindo os limites do que é a saúde em interface com o campo da cultura. Com relação ao campo da cultura, ponderamos que a apropriação por parte desse campo da discussão acerca da saúde ampliada pode produzir benefícios a todos os envolvidos, propiciando dimensionar as intervenções culturais também como ferramentas de produção de saúde nos territórios onde são realizadas. Ainda, o estudo, ao se apresentar com o potencial de colaborar para uma melhor compreensão das relações entre os campos da saúde coletiva e da cultura, compõem um avanço na produção científica que poderá servir de base para outros estudos e intervenções.

Assim, esperamos provocar outros estudos a questionar as relações entre saúde, cultura e território, aprofundando o debate, que vem ocorrendo mundialmente nos últimos anos, acerca da distribuição, apropriação indevida e retorno dos bens culturais ao seu território e comunidades de origem, da preservação da memória e da produção e valorização de outras

narrativas, que não a hegemônica. Também, fomentar estudos que investiguem possíveis ferramentas de produção de saúde que um espaço cultural pode construir no território em que se localiza, pesquisas engajadas na aproximação entre o campo da saúde coletiva e da cultura e, quiçá, inspirar políticas públicas que propiciem a intersectorialidade dessas áreas.

Ensejamos, por fim, que, cada vez mais, museus e espaços culturais sejam espaços usados por todas, todos e todes, que o acolhimento seja a política de recepção nesses espaços e que espaços culturais possam povoar todas as zonas da cidade de modo equitativo.

Figura 15 - Estandarte museu é para tod@s - Museu da Maré



Fonte: acervo pessoal

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Alexandre R. e SOUZA, Mônica M. S. 2023. Museologia Social e Pandemia: ações e interações de dois museus de base comunitária no estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Sociomuseologia**. 65, 21, 15-30. Abr, 2023.  
DOI:<https://doi.org/10.36572/csm.2023.vol.65.02>.
- ARAÚJO, Helena Maria Marques. Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 12, n. 3, p. 939-949, set.-dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300015>.
- BREILH, Jaime. SARS-CoV2: rompiendo el cerco de la ciencia del poder Escenario de asedio de la vida, los pueblos y la ciencia. In: ALZUETA, Esteban Rodríguez et al. **Posnormales**. Buenos Aires: Aspó (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 31-90.
- BUBNOVA, Tatiana. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 268-280, ago. 2011. Versão para o português: Roberto Leiser Baronas, Fernanda Tonelli.
- CANGUILHEM, Georges. **Escritos sobre a medicina**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- CHAGAS, Mario. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos De Sociomuseologia**, 41(41), 2012.
- CHAGAS, Mario e ABREU, Regina. “Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social”, **Revista Musas**, nº3, 2007, p.130-152.
- CHUECA, Eva Garcia. O direito à cidade perante as epistemologias do Sul: reflexões sobre o processo brasileiro de construção do direito à cidade. In: SANTOS, Boaventura Souza; MARTINS, Bruno Sena. **O Pluriverso dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Cap. 16. p. 397-418.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em <http://bit.ly/3rkqH3E>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- ENNE, Ana Lúcia Silva; DUTRA, Marina. Entre conter e resistir: relações entre cultura e territorialidades. **Revista Z Cultural**. UFRJ, v. 1, p. 1-8. 2016.
- ESTRELA, Fernanda Matheus; SOARES, Caroline Fernandes Soares e; CRUZ, Moniky Araújo da; SILVA, Andrey Ferreira da; SANTOS, Jemima Raquel Lopes; MOREIRA, Tânia Maria de Oliveira; LIMA, Adriana Brait; SILVA, Márcia Gomes. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 9, p. 3431-3436, set. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>.

FIGUEIREDO, Ivanilda, & NORONHA, Rodolfo. A vulnerabilidade como impeditiva/restritiva do desfrute de direitos. **Revista De Direitos E Garantias Fundamentais**, (4), 2008. 129-146. <https://doi.org/10.18759/rdgf.v0i4.10>

FOUCAULT, Michel. **Sobre a História da sexualidade**. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 276.

GARCIA, Fernanda; RABELLO, Julia. **Os sem-museus**: das 128 instituições públicas e privadas do rio de janeiro, só 40 ficam fora da zona sul e do centro. Das 128 instituições públicas e privadas do Rio de Janeiro, só 40 ficam fora da Zona Sul e do Centro. 2020. Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods9/os-sem-museus/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GONÇALVES, Simone. Neiva, & RIBEIRO, Gisele Barbosa. Museums in the colonial horizon of modernity Fred Wilson's mining the museum (1992). **Museologia & Interdisciplinaridade**, 7(13), 309–324. 2018. <https://doi.org/10.26512/museologia.v7i13.17751>

GUATTARI, Felix. **Caosmose**. 2ª ed. São Paulo, 34. 2012.

GUATTARI, Felix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

INFORSATO, Erika; CASTRO, Eliane; BUELAU, Renata Monteiro; VALENT, Isabela; SILVA, Christiana de Moraes; LIMA, Elizabeth Araujo.. Arte, corpo, saúde e cultura num território de fazer junto. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 110-117, 31 ago. 2017. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduacao e Inovacao - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v29i2/2160>.

KRENAK. Ailton, **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

LANGDON, Esther; WIJK, Flavio. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**.18 (3) p. 173-181, mai-jun 2010.

LEITE, Pedro Pereira. **A Museologia Social e os movimentos sociais no Brasil**. Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra, Lisboa, 2015.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araujo. Arte e Cultura na Produção de Saúde: ativação da sensibilidade, promoção de encontros e invenção de mundos. In: 2o. Seminário Nacional de Humanização: trocando experiências e aprimorando o SUS, 2009, Brasília. **Anais do 2o. Seminário Nacional de Humanização**: trocando experiências e aprimorando o SUS, 2009.

MOUTINHO, Mario C. SOBRE O CONCEITO DE MUSEOLOGIA SOCIAL. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 1, n. 1, 11 (1993) 2009.

PEREIRA, Marcelle. Museologia social e sociologia das ausências no contexto da Amazônia brasileira: uma aproximação teórica. **Cadernos De Sociomuseologia**, 50(6). 2015 <https://doi.org/10.36572/csm.2015.vol.50.01>

PEREIRA, Vinicius C. A museologia social na prática comunitária o caso da Casa da Memória Viva de Ceilândia, DF, **Mosaico**, ISSN-e 2176-8943, Vol. 8, Nº. 12, 2017, págs. 163-180.

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009, 259 p. ISBN 978-85-7541-410-1. <https://doi.org/10.7476/9788575414101>.

RIBEIRO, Karina Braga; RIBEIRO, Ana Freitas; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena; CASTRO, Marcia Caldas de. Social inequalities and COVID-19 mortality in the city of São Paulo, Brazil. **International Journal Of Epidemiology**, [S.L.], v. 50, n. 3, p. 732-742, 28 fev. 2021. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ije/dyab022>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 29-67.

SANTOS, Boaventura de Souza; MARTINS, Bruno Sena. **O pluriverso dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 2020.

SARRAF, Viviani Panelli. **A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas deficiências**. 2013. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-Sp), São Paulo, 2013.

SILVA, Maria Betânia Moreira Carvalho; COLOMBO JUNIOR, Pedro Donizete. Museu dos Dinossauros: perspectivas da museologia social sob lentes e vozes da comunidade do entorno. **Rev. Diálogo Educ**. Curitiba, v. 21, n. 69, p. 564-590, abr. 2021. Epub 11-Jun-2021. <https://doi.org/10.7213/1981-416x.21.069.ds03>.

SILVA, R M; JANUÁRIO, R. Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. **Cadernos do Ceom: Museologia Social**, Santa Catarina, v. 27, n. 41, p. 415-420, dez. 2014.

TOLENTINO, Atila Bezerra. Museologia social e comunitária na Paraíba: memoriação, lutas e resistências. **RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo**. v. 13. Dossiê Número 5 "Museus, Turismo e Sociedade". 2023

TOLENTINO, Atila Bezerra. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.L.], v. 8, n. 52, p. 21-44, jun. 2016. Department of Museology - Lusophone University. <http://dx.doi.org/10.36572/csm.2016.vol.52.02>.

UCHOA, Márcia, & PASQUALUCCI, Luciana. Interculturalidade Crítica e Sociomuseologia – práticas decoloniais e suas intersecções na práxis freireana. **Cadernos De Sociomuseologia**, 65(21), 3-14. 2023. <https://doi.org/10.36572/csm.2022.vol.65.01>

WALD, Gabriela. Arte y Salud: algunas reflexiones para profundizar las potencialidades de análisis del campo. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, [S.L.], v. 19, n. 55, p. 1051-1062, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.0725>.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. Da memória ao museu: a experiência da favela da Maré. **Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**. Niterói, 2006.



## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA I - TRABALHADORES DO MUSEU DA MARÉ**

Apresentação: Nome, cargo, formação, há quanto tempo trabalha no museu, como começou a trabalhar no museu?

1 - Qual a sua relação com o museu? Como é o seu trabalho aqui?

2 - E com a Maré, com a sua relação?

3 – Você se lembra de alguma situação aqui que foi especial para você, que te surpreendeu? Você pode me contar um pouco?

4 - Você sente que há alguma ligação entre isso o que você me contou e a saúde? Qual/como?

5 - Você acha que a cultura tem algum papel para a saúde?

6 - Você acha que existe alguma ferramenta aqui no museu que ajude a produzir saúde em quem o visita? Qual? Como?

7 - Na sua experiência, aqui no museu e, também em outros espaços culturais, você percebe/sente alguma conexão entre saúde e cultura? Como? Você pode me falar mais sobre essa reflexão?

Qual a importância do Museu no território da Maré?

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA II – VISITANTES/MORADORES DO  
ENTORNO DO MUSEU DA MARÉ**

Apresentação: Nome, como conheceu o Museu da Maré? Você pode me contar um pouquinho de você?

1 - Qual a sua relação com o museu? E com a Maré?

2 - Como foi/está sendo sua experiência aqui no museu?

3 – Você se lembra de alguma situação aqui que foi especial para você, que te surpreendeu? Você pode me contar um pouco?

4 - Você sente que há alguma ligação entre isso o que você me contou e a saúde? Qual/como?

5 - Você acha que a cultura tem algum papel para a saúde?

6 - Você sentiu que a visitar o museu/participar de alguma de suas atividades te afetou? Como? O que você sentiu?

7 - Na sua experiência, aqui no museu e, também em outros espaços culturais, você percebe/sente alguma conexão entre saúde e cultura? Como? Você pode me falar mais sobre essa reflexão?

8 - Qual a importância do Museu no território da Maré?

## APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada participante,

Você está sendo convidada/e/o a participar da pesquisa: “Espaços culturais e território: relações de produção de saúde” desenvolvida por Igor de Souza Almeida discente de mestrado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Prof. Dr. Simone Santos Oliveira.

O principal objetivo deste estudo é compreender como os espaços culturais produzem saúde e como as relações destes espaços com o território atravessam esse processo. Sua participação é voluntária, ou seja, não é obrigatória, você tem plena autonomia para decidir sobre a sua participação nesta pesquisa e pode ser encerrada e ou retirada a qualquer momento. É importante destacar que você não será penalizado em nenhum momento e de maneira alguma, caso decida retirar sua participação da pesquisa em qualquer etapa do estudo.

Confidencialidade e privacidade: apenas os pesquisadores desse projeto terão acesso aos dados, que não serão usados para outras finalidades além desta pesquisa. As ações gravadas/fotografadas serão armazenadas em local seguro, no computador dos pesquisadores com cópia em unidade de armazenamento externa. Visando garantir o sigilo, as falas não serão identificadas nos materiais e publicações da pesquisa. Porém, há a possibilidade de identificação direta ou indireta. Existe um termo a ser assinalado neste termo onde você pode concordar ou não com sua identificação no trabalho final desta pesquisa.

As falas nas entrevistas serão transcritas e ficaram armazenadas em arquivos digitais, também armazenadas em local seguro, no computador dos pesquisadores com cópia em unidade de armazenamento externa. Ao final da pesquisa, todo material será mantido, por um período mínimo de 5 anos, em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito.

Procedimentos de pesquisa: sua participação na pesquisa pode ocorrer de três maneiras diferentes: sendo entrevistado, respondendo um questionário ou participando de uma roda de conversa. Você pode a qualquer momento durante a pesquisa, ou depois solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato que estão no final deste termo.

Benefícios: consideramos que a participação nesse estudo prevê benefícios indiretos relacionados a possibilidades, individuais e coletivas, de elaboração, e transformação

subjetivas. Também o estudo poderá colaborar para uma melhor compreensão das relações entre os campos da saúde coletiva e da cultura, compondo também um avanço científico na interface entre esses dois campos, podendo servir de base para outros estudos e intervenções.

Riscos: entendemos que é possível que haja riscos, mesmo que mínimos, em qualquer tipo de pesquisa envolvendo seres humanos e é de responsabilidade dos pesquisadores prevê-los possíveis riscos e lançar mão de medidas para evitá-los ou minimizá-los. Desse modo, as entrevistas serão realizadas em ambientes adequados e o participante será perguntado sobre seu conforto com relação ao local a ser utilizado para tal. Observamos mais uma vez que a qualquer momento você pode interromper sua participação na pesquisa e solicitar a remoção de seus dados. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar acolhimento em serviço público de saúde especializado.

Devolutiva dos resultados da pesquisa: Conforme a resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, é uma exigência ética das pesquisas “comunicar às autoridades competentes, bem como aos órgãos legitimados pelo Controle Social, os resultados e/ou achados da pesquisa, sempre que estes puderem contribuir para a melhoria das condições de vida da coletividade, preservando, porém, a imagem e assegurando que os participantes da pesquisa não sejam estigmatizados”. Além disso, pretende-se construir junto aos participantes da pesquisa um encontro para a devolutiva da mesma junto a entrega do material final ao museu.

#### Observações finais:

Este termo é redigido em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o participante, que deverão ser preenchidas, ter todas as páginas rubricadas e a última assinada.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Telefone do CEP/ENSP: (21) 2598-2863;  
E-mail: cep@ensp.fiocruz.br

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ. Horário de atendimento ao público: das 9h às 16h.

Acesse <https://cep.ensp.fiocruz.br/participante-de-pesquisa> para maiores informações.

Telefone e whatsapp do pesquisador responsável: (21) 98753-8383

E-mail do pesquisador responsável: [igodrs@gmail.com](mailto:igodrs@gmail.com)

**Local:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_\_

---

**Nome e Assinatura do Pesquisador – (pesquisador de campo)**

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “XXXX” e concordo em participar.

- Autorizo a gravação da entrevista
- Não autorizo a gravação da entrevista
- Autorizo o registro de imagem por foto/filmagem
- Não autorizo o registro de imagem por foto/filmagem
- Gostaria de ser identificado no texto da pesquisa
- Não gostaria de ser identificado no texto da pesquisa

---

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

## APÊNDICE D - TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Instituição Coparticipante: Museu da Maré

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do projeto de pesquisa intitulado “Espaços culturais e território: relações de produção de saúde” desenvolvida por Igor de Souza Almeida discente de mestrado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Prof. Dr. Simone Santos Oliveira e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

O principal objetivo deste estudo é compreender como os espaços culturais produzem saúde e como as relações destes espaços com o território atravessam esse processo. Para tal, será desenvolvido no espaço da instituição entrevistas, rodas de conversa e a devolutiva pesquisa que poderão ser gravadas e/ou fotografadas.

---

Assinatura e carimbo do responsável institucional\*

\*Esta autorização deve ser assinada pelo dirigente da instituição ou representante legal.